

DECISÃO PLENÁRIA TC Nº 05, 4 DE FEVEREIRO DE 2020

DOEL-TCEES 6.2.2020 - Edição nº 1551

Alterada pela Portaria Normativa Nº 64, de 14 de maio de 2020 - DOEL-TCEES 15.5.2020 –

Edição nº 1615

Aprova o Plano Anual de Ações Educacionais do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2020

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das competências outorgadas pelo o art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 621, de 8 de março de 2012, e art. 3º e art. 428, inciso V, alínea 'b', da Resolução TC nº 261, de 4 de junho de 2013;

Considerando o Plano de Ações Educacionais do Tribunal de Contas para o exercício 2020, elaborado pela Escola de Contas Públicas – ECP com base no artigo 41 do Regimento Interno;

DECIDE o Plenário deste Tribunal de Contas, à unanimidade, em sua 2ª sessão ordinária, realizada no dia 4 de fevereiro 2020, **aprovar** o Plano Anual de Ações Educacionais do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo para o exercício de 2020, conforme Anexos desta Decisão.

Presentes à sessão plenária da apreciação os senhores conselheiros Rodrigo Flávio Freire Farias Chamoun, presidente; Domingos Augusto Taufner, vice-presidente; Sebastião Carlos Ranna de Macedo, ouvidor; Sérgio Aboudib Ferreira Pinto; Sérgio Manoel Nader Borges e Luiz Carlos Ciciliotti da Cunha. Presente, ainda, o Dr. Luciano Vieira, procurador-geral do Ministério Público junto a este Tribunal.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 2020.

RODRIGO FLÁVIO FREIRE FARIAS CHAMOUN

Conselheiro Presidente

DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

Conselheiro Vice-Presidente

SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Conselheiro Ouvidor

SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Conselheiro

SÉRGIO MANOEL NADER BORGES

Conselheiro

LUIZ CARLOS CICILIOTTI DA CUNHA

Conselheiro

Fui presente:

LUCIANO VIEIRA

Procurador-Geral do Ministério Público junto a este Tribunal

Este texto não substitui o publicado no DOEL-TCEES 6.2.2020



**PLANO
ANUAL
DE
AÇÕES EDUCACIONAIS**

**1ª versão
2020**

Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

Excelentíssimos Srs. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo

A Escola de Contas Públicas à qual compete, por força do art. 41 do RITCEES, promover ações de capacitação e desenvolvimento para o público interno e externo, de forma a contribuir para a efetividade do exercício do controle externo, submete para apreciação plenária, em conformidade com o Inciso V do artigo 428 do RITCEES, a proposta do plano anual de ações educacionais para o exercício de 2019.

Vitória, 27 de novembro de 2019.

Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo
Diretor da Escola de Contas Públicas

Fábio Vargas Souza
Secretário da Escola de Contas Públicas

SUMÁRIO

1. PROGRAMA DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (PFCA)	10
1.1 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA ÁREA TÉCNICA	10
1.2 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA MEMBROS E DEMAIS INTEGRANTES DOS GABINETES	18
1.3 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA ÁREA ADMINISTRATIVA	20
1.3.1 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA SERVIDORES DO NOM	22
1.3.2 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA SERVIDORES DA STI	24
1.3.3 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA SERVIDORES DA SGP	26
1.4 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA A ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS	29
1.5 PROJETOS ESPECIAIS	30
1.5.1 OFICINA DO CONHECIMENTO	30
1.6. AÇÕES PARA PÚBLICO EXTERNO	31
1.6.1 PROJETO ENFOC – Encontro de Formação em Controle	31
1.6.2 OUTROS EVENTOS	31
1.7. AÇÕES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)	33
1.7.1 CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS A DISTÂNCIA	33
1.7.2 OFERTAS DE CURSOS A DISTÂNCIA	36
2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS (PDEP)	46
2.1 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA PESQUISAS	46
2.2 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE INICIATIVA DO PRÓPRIO TRIBUNAL	46
2.3 PARCERIAS COM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRITO SENSU	47
2.4 PROJETO SABER ALÉM DAS CONTAS	48
3 PRINCIPAIS CUSTOS ESTIMADOS	50

APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Ações Educacionais (PAAE) para o exercício de 2020 contempla as ações necessárias para atender às demandas de capacitação do corpo funcional desta Corte de Contas e também do público externo que engloba, além dos servidores dos órgãos jurisdicionados, qualquer cidadão. Este plano é uma das peças institucionais que compõe o sistema de planejamento, sendo a etapa na qual o Tribunal define os temas das ações educacionais vinculadas ao planejamento estratégico da instituição. Assim, na escala do planejamento, o PAAE se apresenta como o plano tático, ou seja, é o instrumento direcionador para a execução das ações educacionais necessárias para o exercício de 2020, que serão posteriormente detalhadas nos planos operacionais. O plano operacional, último nível de planejamento, contemplará as definições de cada ação educacional destacando, a solução educacional encontrada, os recursos necessários para a sua implementação e cronograma de execução. Fica, também, a Escola de Contas Públicas autorizada a promover as alterações que porventura venham a ocorrer no plano operacional a fim de dar fiel cumprimento às diretrizes e ações delineadas nos planos estratégico e tático.

PLANO DE AÇÕES EDUCACIONAIS - ANO 2020

1. PROGRAMA DE FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO (PFCA)

1.1 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA ÁREA TÉCNICA

VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA DESTAS AÇÕES

Plano Estratégico do TCEES: Objetivo Estratégico Adotar a especialização do Controle Externo

Mapa estratégico da ECP: Objetivo Estratégico Fortalecer a especialização dos auditores

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 24 h

Principais Tópicos: 1. Políticas públicas: conceitos, teorias, premissas e dilemas; 2. Ciclo de políticas públicas. Universalismo e focalização; 3. Formação da agenda, desenho (design), processo decisório e formulação de políticas públicas; 4. Análise e formulação de políticas públicas. a) Modelos e estratégias de análise de políticas públicas: conceitos, tipologia, objetivos, métodos e técnicas; 5. Processo decisório em Políticas Públicas; 6. Implementação de políticas públicas; 7. Avaliação e monitoramento de políticas e programas de governo: conceitos, tipologia, objetivos, métodos e técnicas. a) Estrutura de avaliação: critérios, indicadores e padrões. b) Análise e avaliação de custo-efetividade. c) Análise e avaliação de custo-benefício.

GESTÃO DE POLÍTICAS E PROJETOS COM BASE EM EVIDÊNCIA

Carga horária: 21 h

Principais Tópicos: O que é e por que política com base em evidência; Evidência do uso de evidência na gestão da política pública no mundo e no Brasil; Por que usar e promover o uso de evidência na gestão da política pública; O que significa efetivamente fazer e justificadamente alegar “evidence-based policy”; Visão geral do uso de evidência ao longo do ciclo da política pública; Ações e decisões da

política pública e a evidência que se deve buscar; Identificação do problema social e suas causas; Identificação e dimensionamento do problema; Sensibilização e mobilização; Identificação e dimensionamento dos determinantes; Desenho e desenvolvimento da solução.

AUDITORIA OPERACIONAL

Carga horária: 30 h

Principais Tópicos: Conceitos básicos em Auditoria Operacional; Ciclo dos trabalhos de ANOp; Swot; Diagrama de Verificação de Risco; Stakeholder; Mapa de Produtos; Indicadores de Desempenho; Mapa de processo; RECI; Entrevista; Questionários; Matriz de Planejamento; Matriz de achados; Elaboração de relatório; Avaliação: pontos positivos, críticas e sugestões.

FUNDAMENTOS ESTATÍSTICOS PARA A ANÁLISE DE DADOS

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: Principais distribuição de probabilidade para Variáveis Quantitativas Discretas; Principais distribuição de probabilidade para Variáveis Quantitativas Contínuas; Teste de Hipótese; Trabalhando com dados em um projeto; Combinando dados e consultas; Transformando dados em informações; Explorando dados e tarefas; Visualizando os dados; Regressão Linear; Regressão Logística.

NORMAS BRASILEIRAS DE AUDITORIA DO SETOR PÚBLICO (NBASP)

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI); Normas Brasileiras de Auditoria no Setor Público (NBASP); Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público – NBASO 100/ISSAI 100; Princípios Fundamentais de Auditoria Financeira – NBASP200/ISSAI 200; Princípios Fundamentais de Auditoria Operacional – NBASP 300/ISSAI 300; Princípios Fundamentais de Auditoria de Conformidade – NBASP 400/ ISSAI 400.

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE AUDITORIA

Carga horária: 18 h

Principais Tópicos: As partes do relatório -> Elementos preliminares, textuais e suplementares: visão geral do processo. Módulo I - Elementos Pré-Textuais. Módulo II - Elementos Textuais. Módulo III – Elementos Pós-Textuais . Módulo IV – Apresentação de Dados, Módulo V – Estilo de Redação. Dica do TCU: Como evitar o uso de “Curingas”; Dica do TCU: Como utilizar com propriedade o paralelismo;

Dica da ABNT: Como utilizar a estrutura deve, pode, convém; Dicas finais: Como obter coesão textual. Como preservar a impessoalidade. Como evitar longos trechos descritivos. Citações diretas e indiretas: Como e quando utilizá-las; Sinopse gramatical → Erros gramaticais mais comuns, capazes de provocar “ruídos” no processo comunicativo.

RESPONSABILIZAÇÃO PERANTE O TRIBUNAL DE CONTAS

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: Noção de responsabilidade e sua abordagem jurídica; Responsabilidade administrativa perante os tribunais de contas ; Aspectos essenciais da responsabilidade administrativa e aplicações nos tribunais de contas; Responsabilidade dos membros de comissão permanente de licitação; Responsabilidade do pregoeiro e da equipe de apoio; Responsabilidade de quem elabora o edital; Responsabilidade de quem homologa o certame licitatório e adjudica o objeto licitado; Responsabilidade do fiscal do contrato; Responsabilidade de pessoa jurídica contratada pela administração; Responsabilidade do parecerista jurídico; Matriz de responsabilidade – estudo de caso.

AUDITORIA FINANCEIRA

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: Estrutura Normativa, Definição de conceitos para compreensão da auditoria financeira; Princípios de auditoria conforme a Norma Internacional de Auditoria Financeira (ISSAI 200); Etapas da Auditoria Financeira: Visão geral sobre planejamento, execução e relatório da auditoria financeira (Avaliação de risco na auditoria financeira: Metodologia de avaliação de risco aplicada à auditoria financeira, conforme o modelo de Riscos do Manual de Auditoria do Tribunal de Contas da União); Principais técnicas de auditoria financeira; Auditoria Financeira Aplicada ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Procedimentos de análise das novas demonstrações contábeis do setor público -Previstas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público).

FOLHA DE PAGAMENTO

Carga horária: 24 h

Principais Tópicos: Constituição Federal e aspectos ligados à remuneração de pessoal, contratação temporária, teto remuneratório, regime jurídico e demais aspectos constitucionais atualizados, com os recentes entendimentos do Supremo Tribunal Federal. Noções de Direito Administrativo aplicado aos aspectos de pessoal;- Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), aplicada aos entes públicos;- Estrutura remuneratória do Estado do ES, de forma geral;- Estrutura remuneratória dos militares do ES;- Estrutura remuneratória dos magistrados do ES;- Estrutura remuneratória dos membros do MP estadual do ES;- Estrutura remuneratória dos

procuradores do estado do ES;- Estrutura remuneratória dos defensores públicos do estado do ES;- Estrutura remuneratória do magistério estadual.

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS

Carga horária: 12 h

Principais Tópicos: Fase interna da TCE – Introdução à TCE; Exame dos Pressupostos e Saneamento; Identificação das Responsabilidades; Quantificação do débito e proposta de citação; Elaboração da Instrução de Mérito.

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Carga horária: 24 h

Principais Tópicos: Discussão contemporânea dos conceitos centrais em Análise Econômica do Direito e Economia Comportamental; Apresentação dos pontos críticos e potenciais inovações; e Discussão sobre os prospectos estratégicos contemporâneos sobre a aplicação da Economia Comportamental e Análise Econômica do Direito aplicados ao Direito Administrativo. AED e a Lindb. AED e as políticas públicas.

PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Carga horária: 24 h

Principais Tópicos: Cálculo de aposentadoria e pensões, regras de transição e regra geral, aposentadorias especiais, RPPS e previdência complementar, alterações na pensão previdenciária do servidor, abono de permanência e a reforma da previdência.

ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: 1.Legislação federal e estadual aplicável à concurso público;2.Lei de criação: cargo e emprego público;3.Regime Jurídico Único e sua aplicabilidade;4.Partes integrantes do edital: obrigatórias e convenientes;5.Reserva de vagas para pessoas com deficiência e/ou beneficiadas por cotas, cálculo e momento de nomeação;6.Homologação do concurso: validade do concurso, o momento de homologação e sua forma, possibilidade de homologações diversas para um mesmo concurso;7.Nomeação/Convocação de candidatos;8.Realização de concurso/Nomeação de candidato em ano eleitoral – normas aplicáveis;9.‘Nota de Corte’ para classificação de candidatos – aplicação para candidatos cotistas;10.Análise doutrinária e jurisprudencial;11.Temas polêmicos; 12. Aspectos relacionados à Lei de Responsabilidade Fiscal no planejamento do concurso.

USO PRÁTICO SOFTWARE I2

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Descrição das ferramentas existentes na suíte IBM i2; Analysts's Notebook; Conceito de Itens de diagrama; Entidade; Vínculo; Atributos Identidade x Etiqueta Cartões; Adicionar ícones e links para o gráfico; Alterar cores e tipos de caracteres; Objetos Ol.E : Incorporado x Vinculado; Adicionar um arquivo de imagem (Ol.E) para o gráfico; Adição de valores de atributos para mapear itens; Fotografia do diagrama (Snapshot); Inserir comentários; Definindo objetos de fundo Ocultar e Exibir itens de gráfico; Barra de busca (pesquisa básica); Pesquisa visual (única entidade / entidades vinculadas); Listar itens Caixas de evento; Conjuntos de seleção; Mesclar Entidades; Encontrar entidades correspondentes; Navegação no Diagrama.

INTELIGÊNCIA APLICADA PARA CONTROLE EXTERNO

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Noções básicas da Atividade de Inteligência; O Ramo Inteligência; O Ramo Contrainteligência; Noções Básicas de Operações de Inteligência e Técnicas Operacionais; Fraudes em Licitações e Contratações Públicas; Tipologias de irregularidades; Inteligência de Controle Externo.

CURSO BÁSICO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA USO NO CONTROLE EXTERNO

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Análise de Dados; Recuperação de Informação; Aprendizado de Máquina não Supervisionado; Visualização de Informação; Aprendizado de Máquina Supervisionado; Big Data; Deep Learning.

VISÃO GERAL DE CLUSTERIZAÇÃO DE DADOS

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Análise de dados; Componentes de uma tarefa de clusterização; Validação do resultado de um processo de clusterização; Algoritmos de clusterização; Técnicas Baseadas em Auto-Organização; Motivação para clusterização usando auto-organização.

INTELIGÊNCIA COMPETITIVA

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: A Inteligência Competitiva e o Planejamento Estratégico; A Inteligência Competitiva e o Processo Decisório; Produção de Documentos de Inteligência; Riscos e perdas.

COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Compliance Público; Compliance Privado; Cybercompliance; Como estruturar um programa de Compliance; Análise de Risco; Panorama do direito anticorrupção; Acordo de Leniência; Colaboração Premiada; Legislação Internacional: FCPA, UK Bribery Act, Convenções; Anticorrupção: estudo de casos.

CONCESSÕES COMUNS E PPPS

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: relação entre matriz de risco e reequilíbrio econômico-financeiro do contrato; auditoria em concessões e PPPs utilizando planilhas de EVTE; reequilíbrio econômico-financeiro utilizando planilhas de EVTE.

CONTABILIDADE NA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: NBC TSP Estrutura conceitual - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público; NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; NBC TSP 11 –Apresentação das Demonstrações Contábeis; NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa; NBC TSP 15 – Benefícios a Empregados. Orçamento Público (incluindo novo ementário das receitas), Procedimentos Específicos do MCASP, PCASP, IPC 14 - Procedimentos Contábeis Relativos aos RPPS, lançamentos típicos e investimentos.

CONTRATAÇÕES DE TI

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Erros e omissões dos atores que executam as atividades de aquisições públicas; Grande quantidade e complexidade das atividades de uma aquisição pública; As competências necessárias ao bom planejamento de uma aquisição pública; Ausência de padronização e suas consequências; Contratação direta (dispensa ou inexigibilidade) sem modelos adequados de execução do objeto e de gestão do contrato; Contratação que não atende a uma necessidade da organização; Indefinição ou insuficiência de conteúdo dos estudos técnicos preliminares; Decisão que deve ser tomada quando ao software: desenvolver ou comprar; Requisitos desnecessários e direcionamento da licitação; Requisitos para contratação de serviços de desenvolvimento/manutenção de software; Desenvolvimento de software: escopo amplo e projetos; Métricas de software e sua aplicação em contratações públicas; Certificações CMMI/MPS.BR/SPICE – o que tratam e porque não servem às licitações; Métodos ágeis – riscos associados a processos; Métodos ágeis – riscos associados a produtos; Métodos ágeis – riscos associados a pessoas; Requisitos para contratação de serviços de suporte ao usuário e suporte à infraestrutura; Estimativas inadequadas de quantidades e a falta

ou sobra de produtos/serviços; Análise de mercado inadequada, direcionamento da licitação ou licitação deserta; Parcialidade da equipe de planejamento da contratação e direcionamento da licitação; Fase do ciclo de vida dos produtos - soluções imaturas e obsolescência; Estimativas de preços inadequadas e suas diversas consequências; Exequibilidade de preços em contratos de desenvolvimento/manutenção de software; Aquisição somente de parte da solução e não obtenção dos benefícios pretendidos; Não parcelar objeto que deve ser parcelado; Parcelar objeto de forma inadequada; Parcelar objeto que não deve ser parcelado; Adequação do ambiente da organização para o início do contrato – um “custo invisível”; Ausência ou falta de abrangência da análise da viabilidade da contratação e o insucesso da aquisição; Indefinição ou insuficiência de conteúdo do termo de referência; Questionamentos quanto a exigências legais e legítimas, mas não usuais; Prazo inicial dos contratos de serviços de duração continuada; Mecanismos que propiciem a ingerência da organização na administração da contratada; Ausência de previsão de acompanhamento e fiscalização concomitante à execução contratual; Contratado e contratantes têm entendimentos e expectativas diversos com respeito ao contrato; Ausência de internalização do conhecimento do objeto contratado; Falhas na comunicação entre as partes e ausência de evidências das ocorrências do contrato; Contratação de serviços por postos de trabalho e pagamento por resultados - paradoxo lucro-incompetência; Método subjetivo para avaliação da qualidade do objeto; Utilização de “Unidades de serviço” (UMS, UTS etc.) e seus riscos; Armadilhas na EAP (Estrutura Analítica de Projetos); Ausência de segregação entre recebimentos provisório e definitivo, no caso de serviços; Falta de instrumentos formais para trazer o contrato à normalidade no caso de desconformidades na execução do objeto – detalhar (ou não) as cláusulas de penalidades; Utilização, sem críticas, de modelos contidos em outros editais/atas de registro de preços; Utilização de outra modalidade de licitação em detrimento do pregão; Prazo exíguo no pregão para apresentação de propostas complexas.

TABLEAU DESKTOP 2019.3

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: Introdução à Ciência de Dados; Mesclando fontes de dados usando a combinação de dados (Data Blend); criando gráficos que exploram ao máximo as divisórias e marcas (Texto, Cor, Tamanho, Detalhe, Forma, Ângulo e Dica de Ferramenta); Entendendo todas as formas de filtragem: Datas dinâmicas, Contínuo x Discreto, Agregado x Atributo, Contexto, Relevantes, Condicional, Ranking e Segurança de dados; Criando campos calculados para tratar nulos, textos e datas, realizar operações numéricas, geométricas e lógicas; Classificando dados: dimensões, medidas e classificação aninhada; Criando indicadores de negócio com expressões de nível de detalhe (LOD básico); Aplicando técnicas estatísticas: Cluster (K-means), Tendências (Linear, Exponencial, Polinomial, Logarítmico, Potência) e Forecast (Suavização Exponencial); Utilizando cálculos de tabela para comparar períodos, analisar médias móveis, rankings, valores acumulados, diferenças de valores e percentuais; Cálculos de tabela

avançados: utilizando dimensões específicas e cálculos secundários; Implementando técnicas avançadas para mapeamento geográfico: Polígonos customizados, combinação de áreas, shapefiles, mapas de fundo customizados (WMS e MapBox); Usando imagens personalizadas para criar visualizações espaciais de dados não geográficos; Gráficos extras: pareto, rosca, bump, cascata (waterfall), carta de controle, funil de vendas, quadrantes, matriz de correlação e velocímetro (gauge); Criando painéis interativos e histórias aplicando práticas recomendadas de análise visual; Embutindo formulários web para coleta de dados em painéis; Exibindo uma visualização secundária para detalhar um ponto no gráfico; Criando ações/botões para navegação entre painéis e detalhamento de dados (Drill Through).

1.2 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA MEMBROS E DEMAIS INTEGRANTES DOS GABINETES

VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA DESTAS AÇÕES

Plano Estratégico do TCEES: Objetivo Estratégico Adotar a especialização do Controle Externo

Mapa estratégico da ECP: Objetivo Estratégico Desenvolver competências dos agentes públicos

LEI DE ABUSO DE AUTORIDADE – REPERCUSSÕES PERANTE O TCEES

Carga horária: 12 h

Principais tópicos: A nova Lei de Abuso de Autoridade traz profundas alterações no ordenamento jurídico em comparação à norma anterior, foram criados 15 tipos penais que geram punições na esferas civil, administrativa e penal. Aspectos práticos, trazendo referencial teórico e reflexivo sobre a norma; Análise dos novos 15 tipos penais; Conteúdo sobre os trechos vetados.

OFICINA DE ELABORAÇÃO DE EMENTAS JURISPRUDENCIAIS

Carga horária: 08 h

Principais tópicos: A Relevância das Ementas nos Tribunais de Contas; Conceito de Jurisprudência; Estrutura Lógica das Fontes Jurisprudenciais: Os Acórdãos ; Estrutura dos Acórdãos no Poder Judiciário; Estrutura dos Acórdãos nas Cortes de Contas; Resumos Jurisprudenciais; Conceito e funções da Ementa Jurisprudencial; Estrutura das Ementas Jurisprudenciais; Classificação das Ementas Jurisprudenciais; Características (Requisitos) da Ementa Jurisprudencial; Critérios de Seleção das teses que devem figurar na Ementa.

CONTABILIDADE PÚBLICA GERENCIAL PARA NÃO CONTADORES - SUBSÍDIOS PARA TOMADA DE DECISÃO PELO GESTOR

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Ferramentas para Tomada de Decisão Processo de tomada de decisão no setor público; Importância e aplicações de custos no setor público; Visão sistêmica do processo de produções de informações gerenciais no setor público; Impactos das principais transações nos demonstrativos contábeis; Aspectos Patrimoniais; Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Análise das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

AValiação DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga horária: 24 h

Principais Tópicos: 1. Políticas públicas: conceitos, teorias, premissas e dilemas; 2. Ciclo de políticas públicas. Universalismo e focalização; 3. Formação da agenda, desenho (design), processo decisório e formulação de políticas públicas; 4. Análise e formulação de políticas públicas. a) Modelos e estratégias de análise de políticas públicas: conceitos, tipologia, objetivos, métodos e técnicas; 5. Processo decisório em Políticas Públicas; 6. Implementação de políticas públicas; 7. Avaliação e monitoramento de políticas e programas de governo: conceitos, tipologia, objetivos, métodos e técnicas. a) Estrutura de avaliação: critérios, indicadores e padrões. b) Análise e avaliação de custo-efetividade. c) Análise e avaliação de custo-benefício.

GESTÃO DE POLÍTICAS E PROJETOS COM BASE EM EVIDÊNCIA

Carga horária: 21 h

Principais Tópicos: O que é e por que política com base em evidência; Evidência do uso de evidência na gestão da política pública no mundo e no Brasil; Por que usar e promover o uso de evidência na gestão da política pública; O que significa efetivamente fazer e justificadamente alegar “evidence-based policy”; Visão geral do uso de evidência ao longo do ciclo da política pública; Ações e decisões da política pública e a evidência que se deve buscar; Identificação do problema social e suas causas; Identificação e dimensionamento do problema; Sensibilização e mobilização; Identificação e dimensionamento dos determinantes; Desenho e desenvolvimento da solução.

1.3 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA ÁREA ADMINISTRATIVA

VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA DESTAS AÇÕES

Mapa estratégico da ECP: Objetivo Estratégico Desenvolver competências dos agentes públicos

GESTÃO DE PATRIMÔNIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Carga horária: 18 h

Principais tópicos: Patrimônio: conceitos, definições e legislações; aspectos contábeis e orçamentários; rotinas do controle patrimonial; controles patrimoniais; responsabilidade da gestão patrimonial; procedimentos legais para desfazimento – baixa dos bens patrimoniais; orientação para a elaboração de “manual de procedimentos patrimoniais (apresentação de modelos).

RECURSOS EM LICITAÇÕES

Carga horária: 18 h

Principais tópicos: Subsídio Jurídico dos Recursos Administrativos; A origem e os aspectos gerais da licitação; O ato administrativo na licitação; O direito de petição; O recurso administrativo; O recurso nas licitações; O recurso hierárquico; Habilitação ou inabilitação do licitante; Julgamento das propostas; Anulação ou revogação da licitação; Indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento; Rescisão unilateral do contrato; Aplicação das penas de advertência, de suspensão temporária ou de multa; A representação; O pedido de reconsideração; O recurso no pregão; Juízo de admissibilidade da intenção; Interposição; Manifestação online no pregão eletrônico; Requisitos necessários para aceitação; Razões e contrarrazões; Análise do recurso; Ausência do envio das razões; Análises recursais; Cabimento; Efeitos; Prazos; Conhecimento; Processamento do recurso; Defesa prévia; Particularidades na análise dos recursos; Impugnação ao instrumento convocatório; Representação perante os Tribunais de Contas; Busca do Poder Judiciário.

CÁLCULO TRABALHISTA E O SEFIP APLICADOS À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

Carga horária: 18 h

Principais tópicos: Benefícios previstos em Convenção Coletiva de categoria; Benefícios previdenciários; Rescisão do contrato de trabalho; Funcionalidades do Sefip.

CURSO COMPLETO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS PARA FORMAÇÃO DE GESTORES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: Dispensa e inexigibilidade de licitação; Sistema de Registro de Preços; A terceirização dos serviços da Adm. Pública; Regras da IN 05/2017; Reforma trabalhista.

NOVA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: Artigos vinculados à Consolidação das Leis Trabalhistas; Memória de Cálculo; Fontes referenciais contendo estatísticas relacionadas aos encargos sociais e trabalhistas; Como projetar insumos; Como glosar faltas não substituídas.

EXECUÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Carga horária: 18 h

Principais tópicos: Benefícios previstos em Convenção Coletiva de categoria; Benefícios previdenciários; Rescisão do contrato de trabalho; Funcionalidades do Sefip.

WORKSHOP LEI 13.460/2017: DEFESA E PROTEÇÃO DO USUÁRIO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS.

Carga Horária: 4 horas

Principais tópicos: direitos e deveres dos usuários de serviços públicos; o papel das ouvidorias públicas na promoção dos direitos dos usuários e na melhoria dos serviços públicos; o processo de simplificação dos serviços públicos oferecido aos usuários; a importância da avaliação do usuário para a melhoria dos serviços públicos; os conceitos, princípios e diretrizes relativos à prestação dos serviços públicos; os procedimentos de recebimento, análise e resposta às manifestações dos usuários de serviços públicos; como elaborar a Carta de Serviços ao Usuário; Lei 12.527/2011 – Acesso à Informação; e a importância do Controle Social.

ATENDIMENTO 2.0: A ARTE DE ENCANTAR O CIDADÃO

Carga Horária: 16 horas

Principais tópicos: motivação para servir; perfil de atendimento; atendimento presencial versus virtual; cidadão tem sempre razão?; cidadão em 1º ou 2º lugar?; estudo de casos; cidadão encantado; gerenciando reclamações; atendimento via telefone; os 9 princípios de atendimento; atendimento online.

1.3.1 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA SERVIDORES DO NOM

CAPACITAÇÃO EM SISTEMA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING)

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Projeto em plataforma BIM (todas as etapas); Projeto executivo em BIM (Extrair do modelo os desenhos para execução da obra); Modelagem de famílias BIM; Criação de templates; Quantificação (geração e formatação de tabelas de quantitativos para exportação para um programa de orçamento BIM); Orçamentação com BIM; Projetos complementares em BIM.

MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Boas práticas e modelos utilizados na gestão e operação do patrimônio público; Principais métodos de contratação e aspectos relevantes na licitação de manutenção e conservação de obras públicas; Utilização do critério de maior desconto para os serviços de manutenção; Viabilidade da contratação de manutenção predial mediante o uso do sistema de registro de preços; Acordos de Nível de Serviço ou Instrumentos de Medição por Resultado na Manutenção Predial; Pagamento dos serviços por posto de trabalho ou por demanda de serviços; Governança e a gestão das obras concluídas pelo Poder Público, abrangendo aspectos técnico-legais exigidos para os dispêndios públicos em infraestrutura e para a priorização dos gastos com manutenção de bens públicos; Aspectos técnicos-legais acerca da garantia quinquenal e da responsabilização do construtor e agentes públicos por defeitos construtivos e falhas na manutenção dos empreendimentos; Patologias em obras públicas; Medidas preventivas que podem ser adotadas pelos órgãos públicos para mitigar os seus efeitos e reduzir os custos dos serviços de manutenção predial.

NBR 15.575 – NORMA DE DESEMPENHO DE EDIFICAÇÕES.

Carga horária: 18 h

Principais tópicos: Introdução e aspectos jurídicos; Determinação da vida útil do edifício e vida útil do projeto; Qualidade total; Qualidade de projeto e simulações de desempenho; Sistemas estruturais e sistemas de piso; Sistemas de vedações verticais e coberturas; Sistemas hidrossanitários; Conforto ambiental; VUP e normas complementares; Dispositivos para verificação do desempenho.

PREVENÇÃO DE DANOS NAS CONSTRUÇÕES PÚBLICAS

Carga horária: 18 h

Principais tópicos: Principais origens dos danos nas construções de edificações: projetos e concepções questionáveis, erros de execução, erros de utilização, manutenções inadequadas, modificações não pertinentes e suas influências no valor patrimonial e no desempenho das edificações; Efeito das águas nas

edificações: subpressão, penetração de águas, infiltrações e demais efeitos da água nas edificações; Adernamento, fissuras e recalques; Intervenções em estruturas: acréscimos de sobrecargas, supressão e cortes de peças estruturais, reparos incorretos; Revestimentos: normas de execução e anomalias típicas de revestimentos cerâmicos, texturizados e painéis não aderidos; Aspectos da responsabilidade na construção.

GESTÃO DE PROJETOS COM MS-PROJECT

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: Desenvolver os processos de planejamento e controle de projetos utilizando a ferramenta computacional MS Project Professional; Nivelamento de Recursos; Gestão de Custos; Planejamento de Escopo, entre outros.

ATUALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO/ORÇAMENTO/FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Carga horária: 30 h

Principais tópicos: Planejamento e execução; Gerenciamento de riscos de obras públicas; Orçamento e referenciais de preço; Reajustamentos contratuais; Medição dos Serviços Executados; Sobrepreço e superfaturamento; Recebimentos provisório e definitivo; Garantia da obra; Imputação de débito, retenção de pagamentos e ressarcimento; Como celebrar um termo de aditamento contratual com segurança jurídica; Alterações qualitativas e quantitativas do objeto; Aditivos de prorrogação de prazo e de reequilíbrio econômico-financeiro; Como assegurar a manutenção do desconto; Critérios para o estabelecimento dos preços de serviços novos; Controles a serem realizados na fase de execução/fiscalização das obras.

NR 10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE

Carga horária: 18 h

Principais tópicos: Introdução à segurança com eletricidade; Riscos em instalações e serviços com eletricidade; Técnicas de Análise de Risco; Medidas de Controle do Risco Elétrico; Normas Técnicas Brasileiras - NBR da ABNT; Regulamentações do MTE; Equipamentos de proteção coletiva; Equipamentos de proteção individual; Rotinas de trabalho – Procedimentos; Proteção e combate a incêndios; Acidentes de origem elétrica.

NR 18 – CONDIÇÕES E MEIO AMBIENTE DE TRABALHO NA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PARA TODOS DO SETOR)

Carga horária: 18 h

Principais tópicos: Norma Regulamentadora 18; CIPA; Condições de Meio Ambiente e Segurança; Riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e risco de

acidentes; EPI- Equipamento de Proteção Individual; EPC- Equipamentos de Proteção Coletiva; Carpintaria; Combate a Incêndios; Primeiros socorros; Proteção em máquinas e equipamentos; Vestiário; Higiene; Conforto; Andaimes; Instalações Elétricas; Sinalização de Segurança.

1.3.2 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA SERVIDORES DA STI

MICROSOFT 365: MODERN DESKTOP ADMINISTRATOR ASSOCIATE

Carga horária: 18 h

Link: <https://www.mindworks.com.br/treinamento/novo!-certificacao-microsoft-365-modern-desktop-administrator-associate>

-Implantar o Windows 10

Principais tópicos: Gerenciar dispositivos e dados; Configurar conectividade; Manter o Windows; Implantar e atualizar sistemas operacionais; Gerenciar políticas e perfis; Gerenciar e proteger dispositivos; Gerenciar aplicativos e dados.

ITIL 4

Carga horária: 18 h

Link: <https://www.pmgacademy.com.br/produto/curso-online-itil-4-foundation/>

Principais tópicos: Introdução; Principais Conceitos de Gerenciamento de Serviço; Princípios Norteadores; As Quatro Dimensões do Gerenciamento de Serviço; Sistema de Valor do Serviço ITIL (SVS); Cadeia de Valor de Serviço; Introdução às Práticas ITIL; Conhecendo detalhes de Práticas ITIL – Parte A
-Conhecendo detalhes de Práticas ITIL – Parte B

FORMAÇÃO DO ANALISTA DE HELP DESK E SERVICE DESK

Carga horária: 18 h

Link: <https://www.4hd.com.br/curso-formacao/>

Principais tópicos: importância da existência dos processos e porque segui-los; como transmitir más notícias ao usuário sem produzir stress; identificar os tipos de usuários diferentes para obter o máximo durante a conversação; por que não ser condescendente com o usuário e os riscos advindos; a importância do catálogo de serviços e regras básicas para criá-lo; o que é empatia e como transmitir.

TREINAMENTO DA SOLUÇÃO DE REDE SEM FIO DO TCEES – AEROHIVE

Carga horária: 6 h

Principais tópicos: Conceitos de redes sem fio; Configuração da solução; Gerenciamento da solução; Resolução de problemas.

TREINAMENTO AVANÇADO DA SOLUÇÃO DE BACKUP DO TCEES – NETBACKUP

Carga horária: 6 h

Principais tópicos: Conceitos avançados da ferramenta e de backup, Integração da ferramenta com soluções utilizadas no TCEES, Gerenciamento da solução, Resolução de problemas.

INFRAESTRUTURA DE CONTAINERS (DOCKER E KUBERNETES)

Carga horária: 6 h

Principais Tópicos: Conceitos sobre containers; Arquitetura e gerenciamento do Docker; Arquitetura e gerenciamento do Kubernetes.

NETCORE:

Carga horária: 6 h

Público alvo: Servidores que trabalham com desenvolvimento.

Motivação: Modernização da nossa plataforma de desenvolvimento.

JAVASCRIPT AVANÇADO:

Carga horária: 18 h

Público alvo: Servidores que trabalham com desenvolvimento.

Motivação: Aprimoramento das nossa arquitetura para melhor uso e estruturação dos nossos scripts.

XAMARIN:

Carga horária: 18 h

Público alvo: Servidores que trabalham com desenvolvimento.

Motivação: Formação de novos desenvolvedores para o aplicativo do tce.

TDC – CONFERÊNCIA DE DESENVOLVEDORES 2020:

Carga horária: 20 h

Público alvo: Servidores que trabalham com desenvolvimento.

Justificativa: evento que reúne diversas comunidades de desenvolvedores, analistas, testers, makers. apresentações com foco em tecnologias utilizadas no desenvolvimento dos sistemas e-tcees, cidades e portais;

Previsão: próxima edição está prevista para 02 a 06 de Junho de 2020, em Florianópolis.

CURSO DE ILLUSTRATOR:

Carga horária: 20 h

Público alvo: Servidores que trabalham com portais (aproximadamente 1 a 2);

Motivação: Desenvolvimento da identidade visual dos sistemas (<https://wiseducacao.com.br/curso/illustrator/>).

TREINAMENTO OFICIAL AEROHIVE NETWORKS

Carga horária: 18 h

Objetivo: Capacitar os servidores responsáveis pela operacionalização da rede de Wireless do TCEES

Principais tópicos: Aerohive Certified Wireless Administrator (ACWA); Aerohive Certified Wireless Professional (ACWP).

1.3.3 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA SERVIDORES DA SGP

E-SOCIAL

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: O que é o eSocial: legislação vigente, cadastro inicial e eventos periódicos; Implantação do eSocial: Etapas, Cronograma e Plano de Ação e Cartilha de Procedimentos; Detalhamento dos eventos do Cadastro Inicial; Comparativo com a legislação vigente e multas previstas; Como montar a Comissão Interna do eSocial em Órgão Público; Diagnostico – peça chave para a implantação com sucesso; Recadastramento de Funcionários e Qualificação Cadastral em Órgão Público; Tabela de Resumo dos Registros; Regras de envio da informação ao eSocial

Nova obrigações técnicas e assessórias atreladas ao eSocial: EFDReinf e DCTFWeb;

Detalhamento do RET: Registro de Evento Trabalhistas (não periódicos); Detalhamento dos Eventos de Registros Periódicos (eventos mensais); Prática e execução de 2 planos de ação relativos a dois eventos do Cadastro Inicial do eSocial;

Prática de geração de cartilha de novos procedimentos para o eSocial; Geração de dados para o eSocial no ambiente de testes, se estiver liberado até a data do treinamento. Pesquisa de Qualificação Cadastral; Download e análise da Documentação Técnica, direto no portal do eSocial; Download e análise do Manual

do Desenvolvedor, direto no portal do eSocial; Download e pesquisa dos livros de CBO – Classificação Brasileira de Ocupação, visando adequação da Tabela de Cargos/Empregos Públicos e Tabela de Funções/Cargos em Comissão; Pesquisa do CNPJ da entidade, para a correta informação sobre o CNAE preponderante e análise da Natureza Jurídica; Pesquisa da alíquota RAT – Riscos Ambientais de Trabalho – afim de informar de maneira correta as informações na Tabela de Estabelecimentos;

Como pesquisas o FAP – Fator Acidentário de Prevenção, visando a correta informação conforme o CNAE preponderante, na Tabela de Estabelecimentos (cadastro inicial).

FOLHA DE PAGAMENTO: CONCEITO, TERMOS TÉCNICOS, CÁLCULOS

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Introdução à Folha de Pagamento: Da exigibilidade, conceito, demonstrativo de pagamento, termos técnico-contábeis. Informações obrigatórias e acessórias para efeitos de fiscalização de legislação trabalhista e previdenciária. Remuneração, remuneração no cargo efetivo, vencimentos e proventos. A remuneração por subsídio. Fixação do teto remuneratório: aspectos polêmicos, a repercussão geral no Supremo Tribunal Federal. Cálculos: Saldo devedor do servidor; Teto salarial do funcionalismo; Décimo terceiro salário;

Adicional de férias – 1/3 constitucional; Gratificações (adicional por tempo de serviço, sexta-parte, adicional de insalubridade, adicional noturno, serviço extraordinário). Consignações compulsórias: Imposto de Renda Retido na Fonte e cálculo RRA Contribuição previdenciária (RPPS e RGPS)

Pensão alimentícia

Consignações facultativas: margem consignável e recomendações. Cálculo da remuneração nos meses de ingresso e desligamento. Fechamento da folha: cálculo da patronal e percentuais legais. Controle (trilhas de auditoria): A importância da auditoria interna. Dependentes – IRRF, salário-família, pensão por morte; Dados pessoais e funcionais; Afastamentos e licenças; Ingresso / vacância / Quadros de Pessoal; Tabelas de Incidências; Acúmulo: proventos e vencimentos. Concessão do Abono de Permanência. Concessão e cálculo do auxílio-transporte e do auxílio-alimentação. Informações sobre o PASEP. Observações gerais: RAIS E GFIP.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: O que é Gestão por Competências e Avaliação de Desempenho; O processo de Avaliação de Desempenho por Competências suas finalidades e resultados; Gestão de processos de trabalho e gestão de pessoas; Indicadores como instrumentos de mensuração em gestão de pessoas: O que são indicadores de desempenho e sua tipologia; O que medir, porque medir; O que é meta e como estabelecê-la em processos de avaliação de desempenho. Sistema de gestão de pessoas por competências (SGC); O

Processo de Gestão por Competências; O que é competência e sua tipologia; Os subsistemas da gestão por competências; Matriz de competências; Avaliação de desempenho por competências (ADC); As quatro etapas do processo ADC.

CONSULTOR INTERNO DE RH

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Conceito, origem e evolução da consultoria interna em Gestão de Pessoas e demais áreas da organização; O papel do Consultor Interno; Objetivos e resultados a serem alcançados; O perfil do Consultor Interno; Elaboração de projetos de consultoria interna; Principais intervenções de consultoria: Balanced Scorecard; desenvolvimento de equipes; coaching; Etapas da Consultoria Interna; Facilitação do processo de mudança; Aspectos comportamentais inerentes ao processo de consultoria interna (percepção, comunicação, negociação e administração de conflitos).

INTRODUÇÃO AO PEOPLE ANALYTICS

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Introdução; O que é People Analytics: exemplos de cases; RH estratégico: resultados através das pessoas; People Analytics em ações corretivas e preditivas; O que são indicadores; Exemplos de aspectos estratégicos que podem se beneficiar do People Analytics; Indicadores relevantes em People Analytics; Requisitos para uma estrutura de suporte ao People Analytics.

1.4 AÇÕES EDUCACIONAIS PARA A ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS

VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA DESTAS AÇÕES

Mapa estratégico da ECP: Objetivo Estratégico Desenvolver competências dos agentes públicos

CONTRATAÇÕES DE PROJETOS DE TREINAMENTO

Carga horária: 24 h

Principais tópicos: Visão Geral da Licitação Pública; Dever geral de licitar; Princípios constitucionais e específicos; Visão sistêmica do processo: modelos de gestão dos processos de contratações públicas; Principais fases e atividades do processo de contratação; Licitação Inexigível; Inexigibilidade para prestação de serviços de treinamento: análise ao art. 25, II da L. 8.666/93; Fundamentos para contratação de cursos in company; Inscrição em cursos abertos; Demonstração de economicidade: pesquisa de mercado e justificativa de preços; Análise de casos práticos e da jurisprudência dominante do TCU; A ferramenta do credenciamento para a contratação de professores/instrutores; Formação e Instrução do Processo de Contratação Direta.

AMBIENTE VIRTUAL DE ENSINO E APRENDIZAGEM MOODLE

Carga horária: 12 h

Principais tópicos: Criação de categorias e cursos; Gerenciamento de blocos e configurações; Utilização de recursos: Arquivos, Documentos, Apresentações, Links, entre outros; Utilização de atividades: Fóruns, Chat, Escolha, Glossário, Tarefas, entre outras; Acesso restrito; Atividades condicionais; Acompanhamento de conclusão da atividade; Questionários e banco de questões; Notas; Progresso do aluno; Repositórios; Portfólios; Inscrição de usuários; Grupos de usuários.

1.5 PROJETOS ESPECIAIS

1.5.1 OFICINA DO CONHECIMENTO

Objetivo: Debater temas relevantes e polêmicos no âmbito dos Tribunais de Contas, apresentando as boas práticas da atividade de fiscalização e orientação, bem como outras questões relacionadas ao controle externo da Administração Pública.

Público-alvo: Servidores e Membros do TCEES e, eventualmente, público externo.

Formato: Presencial

Principais tópicos:

1. Contratualização da saúde;
2. LINDB: reflexos nos Tribunais de Contas;
3. Nova Lei das Licitações;
4. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
5. Outros temas considerados relevantes pela Administração.

Vinculação estratégica destas ações

Objetivo Estratégico Desenvolver competências dos agentes públicos do Mapa estratégico da ECP.

1.6. AÇÕES PARA PÚBLICO EXTERNO

1.6.1 PROJETO ENFOC – Encontro de Formação em Controle

Objetivo: Ampliar a competência dos profissionais que atuam nos órgãos jurisdicionados, gestores públicos e cidadãos quanto ao controle social.

Público-alvo: Servidores estaduais e municipais que subsidiam e atuam na elaboração da prestação de contas anual.

Formato: Presencial com execução na sede do Tribunal em 5 polos regionais.

Carga horária por polo:

Principais Cursos: Jurisprudência do TCE-ES aplicada à administração pública (8 h/a); Ouvidoria (2 cursos, 2 dias, 16 h/a); Controle Interno (16 h/a); Auditoria Financeira (8 h/a); Tomadas de Contas (8 h/a); Controle Social (16 h/a); Encerramento de Mandato (1 dia); GRC- Governança, Gestão de Riscos e Compliance (8 h/a); Principais conhecimentos necessários para o Vereador (8h/a).

OBS:

- **Outros temas poderão ser contemplados a critério da administração.**
- **Vinculação estratégica destas ações**
Objetivos Estratégicos do Mapa estratégico da ECP Desenvolver competências dos agentes públicos e; Estimular o controle social.

1.6.2 OUTROS EVENTOS

II ENCONTRO TÉCNICO SOBRE RECEITA MUNICIPAL

Breve descrição: Segunda edição do evento com duração estimada de 1 dia.

I ENCONTRO ESTADUAL SOBRE DIREITO FINANCEIRO.

Breve descrição: O Encontro pretende discutir temas relevantes sobre o direito financeiro. Estima-se que o evento terá duração de 6 h (1 dia).

WORKSHOP FORTALECIMENTO DAS OUVIDORIAS PÚBLICAS

Carga Horária: 4 horas

Formato: presencial, em cada Município (Meta: realizar no mínimo em 20 municípios)

Conteúdo Programático: O que é e como funciona a Rede TCEES de Ouvidorias Integradas (a ser regulamentada); realização dos diagnósticos de ouvidorias locais; etapas na estruturação das ouvidorias com foco nos critérios de avaliação da ferramenta MMD-TC, item 25.2; construção da carta de serviços aos usuários; conscientização dos gestores; importância da capacitação de servidores; ações visando o empoderamento dos cidadãos direcionadas ao estímulo do controle social.

PROGRAMA TCE NA ESCOLA (SEMEANDO CIDADANIA / TCENDO VALORES)

Objetivo: voltado aos jovens estudantes em todos os níveis de ensino da rede pública e privada estadual e municipal, com vistas a fomentar o controle social dos gastos públicos, tendo como finalidade informar à juventude, os princípios e a importância da cidadania. O programa também destaca a participação da Ouvidoria do Tribunal como canal de estímulo à participação da comunidade estudantil, no sentido de comunicar, solicitar providências que possam otimizar demandas, apresentar sugestões que possibilitem a melhoria dos serviços públicos prestados à população.

Público-alvo: Estudantes de todos os níveis de ensino da rede pública e privada estadual e municipal

Carga Horária: 1 hora aula (50 min)

Formato: palestra presencial (nas escolas) e adaptada a cada nível educacional

Conteúdo Programático: quem administra o dinheiro público; composição do orçamento público; funções do Tribunal de Contas; obrigatoriedade da prestação de contas; o papel das ouvidorias e do ministério público de contas; qual o meu papel como cidadão; tipos de controle; papel da Ouvidoria, o que é controle social.

1.7. AÇÕES NA MODALIDADE A DISTÂNCIA (EAD)

1.7.1 CRIAÇÃO DE NOVOS CURSOS A DISTÂNCIA

ÉTICA E SERVIÇO PÚBLICO

Objetivo: disseminar conhecimentos aos participantes sobre os fundamentos da Ética e sobre os desafios do serviço público. A proposta central do curso é capacitar servidores públicos para que tenham conduta ética ao oferecerem e utilizarem serviços públicos.

Principais Tópicos: os sentidos atribuídos à ética; relativismo ético; ética e filosofia; ética, política e direito; ética da Vida Pública; democracia e cidadania no Brasil; serviço Público e desafios do Estado contemporâneo; responsabilidade pública; regras de conduta no Serviço Público; profissionalismo, decoro e civilidade.

LEI 12.527/11 - ACESSO À INFORMAÇÃO

Objetivo: Capacitar os agentes públicos para atendimento das obrigações e diretrizes trazidas na Lei n.º 12.527/11. Nesse sentido, serão empregadas linguagens e metodologias de fácil compreensão e apresentação de soluções tecnológicas desenvolvidas para auxiliar na efetiva implementação da Lei de Acesso à Informação Pública, além da demonstração do cronograma de providências, obrigações e orientações aos agentes públicos para execução da norma legal.

Principais Tópicos: o que é a lei 12.527/2011; quem está subordinado; diretrizes da Lei; categorias de informação; direito de obter informações; transparência ativa; criação do SIC; o pedido de acesso; prazos para entrega e custos envolvidos; recursos e instâncias recursais; classificação da Informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo; proteção e do Controle de Informações Sigilosas; procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação; das Informações Pessoais; condutas ilícitas do agente público ou militar; sanções legais; comissão mista de reavaliação de informações; autoridade e órgão de controle.

CURSO ONLINE CIDADANIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NA GESTÃO PÚBLICA: O CIDADÃO CONECTADO NO CENTRO DO PODER

Objetivo: Estimular e fortalecer a mobilização social e a maior participação popular, através da divulgação e capacitação dos cidadãos sobre como exercer o controle social, possibilitando um olhar reflexivo e participativo na utilização de ferramentas

e canais disponíveis para alcançar esse objetivo, bem como demonstrar a importância do Tribunal de Contas no controle exercido em prol da sociedade. O curso possui 6 (seis) módulos, onde cada módulo é composto por um fascículo disponibilizado na íntegra, como versão impressa (para distribuição em escolas e encartado em jornal, etc.), e em formato digital no portal da ECP, assim como em audiodisc, especialmente para aqueles portadores de deficiência visual).

Conteúdo Programático: Módulo 1 – Cidadania e Ética: Direitos e Deveres do Cidadão; Ética e Responsabilidade Social; Módulo 2 – Participação e Controle Social na Garantia dos Direitos Humanos; Participação Comunitária; Participação Popular; Participação Social; Conselhos Estaduais e Municipais; Ferramentas para o Exercício do Controle Social na Administração Pública, tais como: Ouvidorias, Serviços de Informação ao Cidadão, Portais de Transparência, Redes Sociais, dentre outros; Módulo 3 – Ouvidoria como Ferramenta do Controle Social: Ouvidores Públicos Brasileiros e Ombudsman; Ouvidoria na Administração Pública: Ouvidorias Setoriais; Ouvidoria como Instrumento de Gestão na Promoção da Cidadania; A influência da Comunicação no atendimento das demandas de Ouvidoria; Fator humano das organizações; Gestão de Conflitos nas Organizações; Módulo 4 – Mídia e o Controle Social: A influência da informação no processo de decisão; Módulo 5 – Lei 12.527/2011 Rumo a uma Cultura de Acesso à Informação: Fundamentos do direito ao Acesso à Informação; Princípios que norteiam as Leis de Acesso à Informação; Conhecendo o direito ao Acesso à Informação; A importância do acesso à informação pública; O serviço de informação ao cidadão; Mecanismos de exercício do Controle Social; Módulo 6 – O Papel do Controle Governamental para o Exercício do Controle Social: O Sistema de Controle Interno no Brasil; A função do Controle Interno na Administração Pública; O fortalecimento do Controle Interno; Diretrizes para o Controle Interno no Setor Público; A função da Auditoria Governamental; O Controle externo da administração pública exercido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES); O Papel da Corregedoria e Ouvidoria do TCEES; Ferramentas de controle social.

Metodologia: Este curso é realizado na modalidade a distância, via internet, com tutoria, utilizando-se a plataforma da Escola de Contas Públicas do TCEES, tanto para apresentação do conteúdo quanto para cumprimento e gerenciamento das atividades avaliativas.

CURSO ONLINE GESTÃO EM OUVIDORIA NA ERA DA INFORMAÇÃO

Objetivos do curso: Este curso tem como objetivo disseminar a nova sistemática e os procedimentos para o atendimento aos usuários expressos na Lei nº 13.460/2017, que devem ser seguidos pelas Ouvidorias Públicas, demais órgãos do Poder Público e Servidores em geral. Visa também compartilhar conhecimentos essenciais sobre a Lei 12.527/2011 - Acesso à Informação e sobre Controle Social para o exercício da cidadania ativa.

Conteúdo Programático: Conceitos, princípios e diretrizes relativos à prestação dos serviços públicos na Era da Informação; direitos e deveres dos usuários; o papel das Ouvidorias Públicas na promoção dos direitos dos usuários e na melhoria dos serviços públicos; o processo de simplificação dos serviços públicos; a importância da avaliação dos serviços prestados ao cidadão; padronização dos procedimentos de recebimento, análise, prazos e respostas às manifestações (denúncias, reclamações, comunicação de irregularidades, elogios, simplificação, solicitações de providências) e pedidos de informações (prazos, recursos, sigilo, distinção entre pedidos genéricos, desproporcionais, desarrazoados, trabalhos adicionais); como utilizar e elaborar a Carta de Serviços ao Usuário; A Lei 12.527/2011 – Acesso à Informação e sua importância no âmbito do Controle Social exercido pelas Instituições Públicas e, principalmente, pelo Cidadão.

1.7.2 OFERTAS DE CURSOS A DISTÂNCIA

1.7.2.1 CURSOS NA VERSÃO COM TUTORIA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Carga horária: 30h

Objetivo: este curso tem como objetivo que, ao final da ação educacional, o aluno possa: Compreender e analisar o cenário de construção da Improbidade Administrativa; identificar e examinar os processos de Improbidade Administrativa; estudar as sanções inerentes à improbidade; identificar as fases dos Processos Administrativos e Judiciais; garantir maior celeridade aos processos de Improbidade.

COMO FUNCIONA O PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL PARA VEREADORES, ASSESSORES E SOCIEDADE EM GERAL (PARCERIA COM O IRB)

Carga horária: 20h

Sobre o curso: com uma linguagem de fácil compreensão e ponderando os conceitos mais comuns empregados na função de vereador, o presente curso traz um panorama geral do ambiente legislativo e institucional e suas relações com outros poderes, especialmente com o Tribunal de Contas. Pretende-se capacitar, orientar e desenvolver maiores habilidades no desempenho de suas funções nas Câmaras.

MROSC: NOVA LEI DE FOMENTO E DE COLABORAÇÃO – LEI 13.019/2014 (PARCERIA COM O IRB)

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil e suas relações de parceria com o Estado; apresentar um panorama geral sobre a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que trouxe mudanças no regime jurídico de parcerias a ser firmada com o poder público, de modo a promover melhor sua aplicabilidade, transparências na aplicação dos recursos públicos e efetividade. Pretende-se capacitar, orientar e desenvolver habilidades aos operadores da nova Lei de Fomento e de Colaboração – Lei 13.019/2014, que entrará em vigor no dia 23 de janeiro de 2016, para a União e os Estados, e em 1º de janeiro de 2017 para os Municípios.

1.7.2.2 CURSOS NA VERSÃO AUTOINSTRUCIONAL (SEM TUTORIA)

ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS

Carga horária: 40h

Objetivo: O curso tem por objetivo apresentar o processo de conflitos em ambientes de trabalho. Serão abordados desde as relações pessoais até a gestão de conflitos.. O curso está dividido em 04 módulos: Módulo I – As Relações interpessoais Módulo II – Da história e processos de conflitos. Módulo III – Da administração de conflitos Módulo IV – Da gestão de conflitos

ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO

Carga horária: 40h

Objetivo: O curso visa desenvolver a habilidade de administrar o tempo de forma eficaz, com intuito de obter maior produtividade, organização e desempenho nas ações e atividades pessoais e profissionais. O curso está dividido em 04 módulos: Módulo 1 – Como administrar melhor o seu tempo no trabalho Livro; Módulo 2 – Dicas para administrar bem o seu tempo disponível Livro; Módulo 3 – Como superar o adiamento de tarefas e atividades?; Módulo 4 – Ganhos na administração do tempo para você e sua.

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Carga horária: 20h

Objetivo: Capacitar os profissionais que realizam contratações públicas, no que tange à correta aplicação da Lei 8.666/93, no que se refere às dispensas e inexigibilidades de licitação.

Conteúdo Programático:

A Lei 8.666/93 e o dever de licitar. Aspectos gerais das licitações públicas e dos contratos

administrativos. Contratação direta, licitação dispensada, dispensável e inexigível, diferenças, cautelas e procedimentos obrigatórios. Análise da legislação pertinente.

CONTROLE SOCIAL E OS TRIBUNAIS DE CONTAS

Carga horária: 20h

Público Alvo: Sociedade civil e comunidade de modo geral, como estudantes, professores, membros de associações, sindicatos, bem como cidadãos conscientes da necessidade de conhecer os mecanismos para contribuir com um efetivo controle acerca da boa e correta gestão dos recursos públicos.

Objetivo: Instruir a sociedade acerca da importância do controle social para uma Administração Pública proba e eficiente, explanando acerca de seus principais mecanismos de efetivação, e demonstrando sua importância para o controle exercido pelos tribunais de contas.

Conteúdo Programático:

Aspectos introdutórios dos sistemas e mecanismos do controle da Administração Pública. O controle externo e o papel dos tribunais de contas, denúncias e representações. A importância da sociedade civil no sistema de controle. Controle social, transparência e acesso à informação. Os deveres dos gestores públicos, o dever de prestar contas. Introdução à atividade financeira do Estado, receitas e despesas públicas, responsabilidade fiscal, licitações, contratos administrativos, convênios e terceiro setor. Módulo I – Aspectos gerais do Controle Social. Controle da Administração Pública. Dever de prestar contas. Normas de controle. Controle Interno. Controle Externo. Módulo II – Lei de Acesso à Informação. Aspectos gerais, abrangência, diretrizes, transparência ativa, transparência passiva. Conselhos, aspectos gerais, fundamentos, importância.

LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA LEI DAS ESTATAIS

Carga horária: 28h

Objetivo: Instruir a sociedade acerca dos aspectos mais relevantes da Lei 13.303/2016.

Conteúdo Programático: Noções sobre o regime societário da empresa públicas e da sociedade de economia mista; contexto de edição da lei; estrutura da Lei 13.303/2016; função social da empresa pública e sociedade de economia mista; inovações da lei 13.303/2016; novas normas de licitações e contratos aplicáveis a empresa pública e sociedade de economia mista; da fiscalização pelo Estado e pela sociedade, responsabilidade dos fornecedores e do agente contratante.

RECOMENDAÇÕES BÁSICAS PARA CONTRATAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo Apresentar recomendações básicas para contratação e fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia, com base na legislação vigente, boas práticas de engenharia e jurisprudência do TCEES e TCU.

CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo apresentar conceitos e informações relativas a licitações e contratação de obras, à Política Nacional de Saneamento, além de metodologias para gestão e controle de contratos.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo suscitar nos participantes uma noção teórica e prática da Lei nº 8.666/93 e abordar todo o processo de contratação de serviços na administração pública.

- Módulo I - No primeiro módulo abordaremos dentro de cada unidade os conceitos e princípios das licitações, tipos de licitação e as modalidades.
- Módulo II - Neste módulo estudaremos os contratos administrativos, abordaremos as suas características, duração, garantias dentre outros pontos importantes sobre o conteúdo.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo proporcionar aos participantes uma visão teórica e prática da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, em que se possa: analisar os conceitos estabelecidos no referido diploma legal, relativos à responsabilidade na gestão fiscal federal, estadual e municipal, e desenvolver avaliação crítica a respeito dos conceitos estudados na lei, bem como de sua aplicabilidade em situações práticas vivenciadas diariamente pelos gestores públicos.

- Módulo I- Neste módulo abordaremos os aspectos legais da LRF e as suas principais alterações.
- Módulo II - Estudaremos neste módulo os aspectos operacionais da LRF.

PROGRAMAÇÃO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA NO SETOR PÚBLICO

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso oferece uma visão teórica e prática acerca da elaboração, programação e execução orçamentária e financeira no setor público.

- Módulo I - Neste módulo abordaremos conceitos e princípios do Orçamento Público.
- Módulo II - Neste módulo estudaremos: receitas e despesas públicas, execução orçamentária e financeira, alterações orçamentárias.

GESTÃO DE PROJETOS NO SETOR PÚBLICO

Carga horária: 40h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo proporcionar aos participantes uma visão teórica e prática sobre gestão e elaboração de projetos a partir do conhecimento de conceitos básicos e das etapas que envolvem um projeto.

INTRODUÇÃO AO DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como conteúdo: noções introdutórias; conceito de constituição; o constitucionalismo; classificação das constituições; hermenêutica constitucional; aplicabilidade das normas constitucionais.

GESTÃO DE PROCESSOS

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Este curso objetiva que, ao final, o participante seja capaz de compreender os benefícios da metodologia de gestão de processos aplicada à organização e sua influência na tomada de decisão e de conhecer técnicas para identificar, mapear, redesenhar, melhorar e gerir processos de trabalho, que contribuem para o desenvolvimento de uma cultura voltada para a melhoria contínua.

Conteúdo: I - Introdução e conceitos básicos; II - Como gerir e melhorar processos; III - Definir e planejar indicadores estratégicos; IV - Ferramentas para gestão de processos.

NOÇÕES BÁSICAS SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo auxiliar os participantes a assimilar os conceitos e compreender a filosofia da metodologia do Planejamento Estratégico, bem como a sua aplicabilidade institucional.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - CAPACITAÇÃO GERENCIAL

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como conteúdo: evolução histórica da gestão pública; o processo de modernização da gestão pública; governabilidade, governança e accountability; ética e moral na gestão pública; competência do gestor; atitudes proativas no ato de gerir.

CONHECIMENTOS BÁSICOS PARA UMA BOA GESTÃO

Carga horária: 15h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo apresentar noções básicas de gestão, a fim de auxiliar gestores e futuros gestores em suas atividades profissionais. O curso está dividido em 06 módulos: Módulo I - Conceito de Administração X Gestão;

Módulo II - Funções do Administrador; Módulo III - Competências do Administrador; Módulo IV - Habilidades do Administrador; Módulo V - Atividades do Administrador; Módulo VI - Papéis do Administrador.

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Neste curso será feita uma reflexão acerca da Instituição e de seus servidores: quem são seus clientes/usuários, quais as necessidades desses clientes e o papel do servidor no atendimento dessas necessidades. O curso está dividido em 03 módulos: 1- Desenvolvendo relacionamentos interpessoais no trabalho; 2- Ética e serviço público; 3- O atendimento ao público com qualidade: o cidadão em primeiro lugar.

INTRODUÇÃO A TEMAS SOCIOAMBIENTAIS

Carga horária: 15h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo suscitar reflexões acerca de tópicos socioambientais.

APERFEIÇOAMENTO EM FISCALIZAÇÃO DO FUNDEB

Carga horária: 15h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo oferecer uma revisão ou atualização sobre legislação do FUNDEB, fiscalização, e eventualmente cita pareceres consulta do TCE-ES.

REFORMA ORTOGRÁFICA

Carga horária: 06h

Tutor (a): sem tutoria (auto instrucional)

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo atualização sobre alterações decorrentes da reforma ortográfica.

CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL E CRASE

Carga horária: 20h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo oferecer uma revisão ou atualização sobre concordância nominal, concordância verbal e emprego de crase.

ATUALIZAÇÃO EM GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Carga horária: 30h

Sobre o curso: Este curso tem como objetivo oferecer uma revisão ou atualização sobre elementos básicos da gramática da Língua Portuguesa.

ORIENTAÇÕES PARA ENCERRAMENTO DE MANDATO PARA GESTORES MUNICIPAIS

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo proporcionar aos participantes uma visão dos elementos necessários à boa gestão pública quando do encerramento do mandato eletivo, bem como informar as vedações contidas nas normas voltadas para a responsabilidade fiscal e, ainda, os prazos contidos na legislação eleitoral, com vistas a subsidiar o término do mandato com transparência, legalidade e moralidade pública.

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar profissionais da contabilidade nos novos regramentos aplicáveis à contabilidade governamental em especial no Plano de Contas aplicado ao Setor Público.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar profissionais da contabilidade aos novos regramentos aplicáveis a contabilidade governamental em especial na elaboração e análise das demonstrações contábeis aplicadas ao Setor Público.

ENCERRAMENTO DE CONTAS NO PCASP

Carga horária: 24h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar profissionais da contabilidade aos novos regramentos aplicáveis a contabilidade governamental, em especial nos procedimentos de encerramento de contas contábeis do PCASP previstos na Instrução de Procedimentos nº. 03 da Secretaria do Tesouro Nacional (IPC 03).

LICITAÇÕES DIFERENCIADAS - BENEFÍCIOS CONCEDIDOS A ME E EPP

Carga horária: 30h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar os profissionais que realizam licitações públicas, na utilização da legislação que estampa tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte.

REGULARIDADE FISCAL E CONTÁBIL NA CONTRATAÇÃO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar os técnicos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, gerando conhecimentos e aperfeiçoamento necessários para análise, elaboração, controle contábil e a gestão dos Consórcios Públicos no âmbito da Administração Pública Estadual e Municipal, por meio de discussão e disseminação dos aspectos mais relevantes, em especial aos temas abordados no Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF da Secretaria do Tesouro Nacional, propiciando maior capacitação dos contadores públicos, auditores de tribunais de contas e gestores públicos envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão de recursos públicos.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo proporcionar aos participantes uma visão integrada das peças orçamentárias, a partir do conhecimento das etapas de planejamento e elaboração da proposta orçamentária, bem como da Administração Financeira, através da programação financeira e dos aspectos mais relevantes da receita e da despesa públicas.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Carga horária: 30h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo atualizar os servidores que lidam com Contratos Administrativos a respeito da mais recente Jurisprudência dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Contas.

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COM BASE NO DEC. ESTADUAL 1790/07 E DOUTRINA ESPECIALIZADA

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O principal objetivo desse curso de registro de preços é preparar o aluno, com base na legislação e nas boas práticas de gestão de compras no serviço público, a aprender e compreender o que é e como funciona o Sistema de Registro de Preços instituído pelo artigo 15 da lei 8666/93, regulamentado no âmbito do governo estadual através decreto estadual 1790/2007.

O curso tem como foco principal a melhoria da gestão de compras governamentais, apresentando de forma prática todos os procedimentos e técnicas do Sistema de Registro de Preços, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.666/93 e em normativos do Estado do Espírito Santo.

NOÇÕES DE PROCESSO CIVIL APLICADAS AO TCE-ES

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo transmitir ideias centrais do Direito Processual Civil, correlacionando-as, quando pertinentes, aos processos administrativos no âmbito do Tribunal de Contas do Espírito Santo, a fim de auxiliar a instrução processual.

ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DOS RPPS

Carga horária: 20h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo capacitar profissionais da contabilidade e do planejamento governamental na elaboração de proposta orçamentária dos regimes próprios de previdência contemplando as particularidades orçamentárias exigidas por meio da legislação aplicável aos RPPS.

CIDADE MAIS ACESSÍVEL: PRIMEIROS PASSOS

Carga horária: 02h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo dar ferramentas aos participantes para a produção de ofícios objetivando a criação de uma comissão de acessibilidade no Órgão Público que trabalham.

ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo desenvolver a habilidade de administrar o tempo de forma eficaz, com intuito de obter maior produtividade, organização e desempenho nas ações e atividades pessoais e profissionais.

ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo apresentar o processo de conflitos em ambientes de trabalho. Serão abordados desde as relações pessoais até a gestão de conflitos.

CONTABILIDADE BÁSICA

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo ensinar contabilidade básica para os alunos com interesses em economia, contabilidade e principalmente matemática financeira.

FINANÇAS PÚBLICAS

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo conceituar as finanças públicas no Brasil e suas atuações na gestão das organizações públicas.

ECONOMIA NO SETOR PÚBLICO

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo apresentar alguns conceitos dentro do setor público relacionado a finanças públicas e respectivos termos dentro da economia.

EXCEL

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo desenvolver competências e habilidades para o uso dos recursos básicos do Microsoft Excel para elaborar planilhas, gerar gráficos e usar fórmulas.

CONCEITOS BÁSICOS DE ESTATÍSTICA

Carga horária: 40h

Sobre o curso: O curso tem como objetivo abordar desde a introdução à estatística, como também séries estatísticas, tabela de frequências, estatística gráfica, medidas de centralidade e de dispersão, assimetria, curtose e complementos e números índices.

2. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS (PDEP)

VINCULAÇÃO ESTRATÉGICA DESTE PROGRAMA

Mapa estratégico da ECP: Objetivo Estratégico Produzir e estimular estudos e pesquisas

2.1 ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA PESQUISAS

- **POLÍTICAS PÚBLICAS**
- **TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS**
- **OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E O CONTROLE EXTERNO.**
- **PREVIDÊNCIA**
- **FINANÇAS PÚBLICAS**
- **GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICA**
- **CONTABILIDADE E GESTÃO FISCAL**

2.2 PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DE INICIATIVA DO PRÓPRIO TRIBUNAL

PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS .

Público Alvo: servidores lotados na área de fiscalização Previdência

Formato: Modalidade pós-graduação presencial ou em módulos individuais, a critério da Administração. (conforme solicitado através das Comunicações Internas n.º 0388/2016-1, 4018/2016, 4032/2016, 6895/2016 e 4245/2018-4):

Principais Tópicos:- Introdução ao Sistema de Seguridade Social Brasileiro- Gestão dos Regime Próprio de Previdência social: legislação aplicável, estrutura e funcionamento dos RPPS, compensação previdenciária, órgãos de controle dos RPPS e responsabilidade fiscal;- Contabilidade Previdenciária;- Regime Jurídico dos Servidores Públicos;- Gestão de Benefícios Previdenciários;- Gestão atuarial dos Regimes Próprios;- Gestão de investimentos para RPPS;- Sistema de Previdência Complementar;- Direito processual previdenciário.

Custo por aluno: R\$ 12.000,00

MBA EM PPPS E CONCESSÕES

Objetivo: Este programa foi desenvolvido pela FESPSP. Diversos Tribunais de Contas tem participado deste programa e avaliado como um dos mais adequados para a nossa realidade.

Público Alvo: servidor lotado no NRM

Custo por aluno: R\$ 45.000,00

GESTÃO DE PESSOAS

Objetivo: Este programa foi desenvolvido pela FESPSP. Diversos Tribunais de Contas tem participado deste programa e avaliado como um dos mais adequados para a nossa realidade.

Público Alvo: servidor lotado na Secretaria de Gestão de Pessoas

Custo por aluno: R\$ 12.000,00

2.3 PARCERIAS COM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO STRITO SENSU

OBS: Estas parcerias permitem a participação de nossos servidores em programas ministrados por entes públicos, desde que aprovados em processo de seleção específico aplicado por cada parceiro.

Curso: Mestrado Profissional em Gestão Pública

Área de concentração: Administração Pública

Informações gerais: O Mestrado é promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP) do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Linhas de pesquisa: 1) Aspectos Legais no Setor Público; 2) Economia e Finanças Públicas; 3) Gestão de Operações no Setor Público.

Curso: Mestrado em Ciências Contábeis

Área de concentração: Contabilidade e Controladoria

Informações gerais: O Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis é promovido pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) com a finalidade de formar pessoal qualificado, técnica e cientificamente, para o exercício de atividades profissionais, de ensino e de pesquisa na área de Ciências Contábeis.

Linhas de pesquisa: Contabilidade e Finanças

Curso: Doutorado profissional em Contabilidade

Área de concentração: Administração e Contabilidade

Informações gerais: O Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração é promovido pela FUCEPE

Linhas de pesquisa: Estratégia e Governança

Curso: Mestrado profissional em Administração

Área de concentração: Administração

Informações gerais: O Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Administração é promovido pela FUCEPE

Linhas de pesquisa: Estratégia e Governança

Curso: Mestrado e Doutorado em Direito

Área de concentração: Direitos e Garantias Fundamentais

Informações gerais: O Mestrado Profissional em Gestão Pública é promovido pelo Faculdade de Direito de Vitória (FDV).

Linhas de pesquisa: Jurisdição constitucional e concretização dos Direitos e Garantias Fundamentais

2.4 PROJETO SABER ALÉM DAS CONTAS

OBJETIVO

Proporcionar a disseminação dos conhecimentos existentes entre os servidores;
Possibilitar a aquisição de novos conhecimentos tanto entre os servidores quanto para a sociedade;
Suscitar discussões que levem ao aprimoramento do capital intelectual.

JUSTIFICATIVA

A partilha de conhecimentos é a forma mais eficaz de se alcançar um cenário favorável às mudanças necessárias, pois, os saberes são cumulativos e

infinitamente complementares. Tanto no ambiente corporativo quanto nas relações sociais essa troca provoca diversas percepções capazes de suscitar iniciativas inovadoras e transformadoras.

As Cortes de Contas em sua vertente orientadora devem lançar mão das ações educativas como meio de fomentar a busca do conhecimento e aproximar-se dos jurisdicionados e da sociedade ao mesmo tempo que contribui para a elevação da qualidade das contas prestadas e da efetividade do controle externo e ainda o aprimoramento da administração pública.

PÚBLICO ALVO

Aquele abrangido pelo § 2º do art. 1º do Regimento Interno da Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo:

Público interno: Conselheiros, Conselheiro Substitutos, Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal e servidores, sejam estes efetivos, comissionados ou estagiários;

Público Externo: Agentes políticos, servidores de órgãos jurisdicionados, servidores de outros órgãos públicos não sujeitos à jurisdição do Tribunal e sociedade civil em geral.

FORMATO

Encontros periódicos com a apresentação e discussão de temas de interesse do Tribunal de Contas e da sociedade, conduzidas por profissionais de destaque e estudiosos, podendo incluir autores de produções literárias ou científicas.

3 PRINCIPAIS CUSTOS ESTIMADOS

OBS: Para facilitar a análise, os custos com a execução das ações estão detalhados com base na natureza legal da despesa envolvida.

AÇÕES	Carga horária total	Valor estimado
AÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ÁREA TÉCNICA	573	286.500,00
AÇÕES ESPECÍFICAS PARA MEMBROS E GABINETES	89	44.500,00
AÇÕES ESPECÍFICAS PARA ÁREA ADMINISTRATIVA	630	315.000,00
AÇÕES ESPECÍFICAS PARA A ESCOLA DE CONTAS PÚBLICAS	36	18.000,00
VALOR TOTAL		664.000,00
ORÇAMENTO DISPONÍVEL (considerando os elementos da mesma natureza)		565.000,00

AÇÕES PARA PÚBLICO EXTERNO	Carga horária total	Valor estimado
PROJETO ENFOC	648	R\$ 203.472,00
OUTROS EVENTOS	21	R\$ 6.594,00
VALOR TOTAL		210.066,00
ORÇAMENTO DISPONÍVEL		226.000,00

AÇÕES	Valor Total
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO INICIATIVA DO PRÓPRIO TCEES	63.000,00
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO BOLSAS ABERTAS (3)	150.000,00
Valor total	213.000,00
Valor disponível	225.000,00

ANEXO ÚNICO



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2020 – 2024



Equipe Gerencial

Conselheiro Rodrigo Coelho do Carmo
Diretor da Escola de Contas Públicas

Fábio Vargas Souza
Secretário da Escola de Contas Públicas

Marcos Rogério Bozzi da Luz
Coordenador do Núcleo de Gestão do Conhecimento (NGC)

Mayte Cardoso Aguiar
Coordenador do Núcleo de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento (NFCA)

Rubens César Baptista de Almeida
Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas (NEP)



Sumário

1. Introdução	54
2. Diagnóstico.....	55
2.2 Pontos da Avaliação MMD-QATC que impactam a ECP	57
2.3 Matriz SWOT (FOFA) organizada com base nas perspectivas	58
3. Mapa estratégico.....	61
4. Painel de Indicadores.....	62
5. Iniciativas Estratégicas.....	65
6. Alinhamento com a estratégia do TCEES	67
7. Alinhamento dos objetivos estratégicos com o MMD-QATC	68
8. Detalhamento das principais iniciativas estratégicas	69
8.1 Projeto Gestão por Competências	69
8.2 Projeto Estúdio EAD	71
8.3 Projeto Infraestrutura	71
8.4 Projeto Padronização	72
8.5 Projeto Pós-Graduação	72
8.6 Plano de Comunicação.....	72
8.7 Plano definindo novos sistemas e opções para sua implantação .	73
8.8 Plano implementando a metodologia de custos e do Resultado Econômico	73
8.9 Projeto Plano de Governo.....	74
9. Priorização de novas iniciativas estratégicas	29
Referências	76

1. Introdução

Vivemos atualmente a era de valorização do conhecimento. A busca pelo conhecimento intensificou-se nos últimos tempos. Para conseguir lidar com tamanho volume de informação, todos nós precisamos encontrar maneiras objetivas para selecionar o que é realmente relevante e importante para nosso crescimento pessoal enquanto profissionais e mais ainda, enquanto seres humanos. De igual modo, as organizações precisam adotar estratégias para lidar com os desafios e recursos muitas das vezes escassos.

As Cortes de Contas e suas unidades estão inseridas nesse ambiente dinâmico e, pode-se dizer complexo, pois envolve diversos atores e conhecimentos. As escolas de contas, uma das unidades dos Tribunais de Contas, tem papel fundamental pois são agentes que cumprem uma das missões das Cortes de Contas, a orientação.

Neste cenário, está inserida a Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo como unidade integrante da estrutura organizacional do Tribunal.

Sua missão, prevista na lei orgânica do Tribunal, é promover ações de capacitação e desenvolvimento profissional tanto dos agentes públicos internos (servidores e membros) quanto externos (servidores públicos de órgãos jurisdicionados e qualquer cidadão interessado).

Essa disseminação do conhecimento, tanto para o público interno quanto para o público externo, é o que permite provocar transformações na sociedade e é uma das metas almejadas pelas Escolas de Contas.

Com o crescimento da demanda por ações de orientação mais efetivas, por parte do sistema de controle externo, os desafios para a nossa Escola de Contas cresceram nos últimos tempos. Aliado a isso, percebemos que os recursos necessários são limitados e precisam ser bem empregados. Por isso, a construção de uma boa estratégia é o que permite criar as condições necessárias para o atingimento dessas metas.

Assim, o caminho escolhido foi a implantação de um processo de gestão estratégica completo das atividades da Escola conforme figura abaixo.

Processo de Planejamento estratégico



2. Diagnóstico

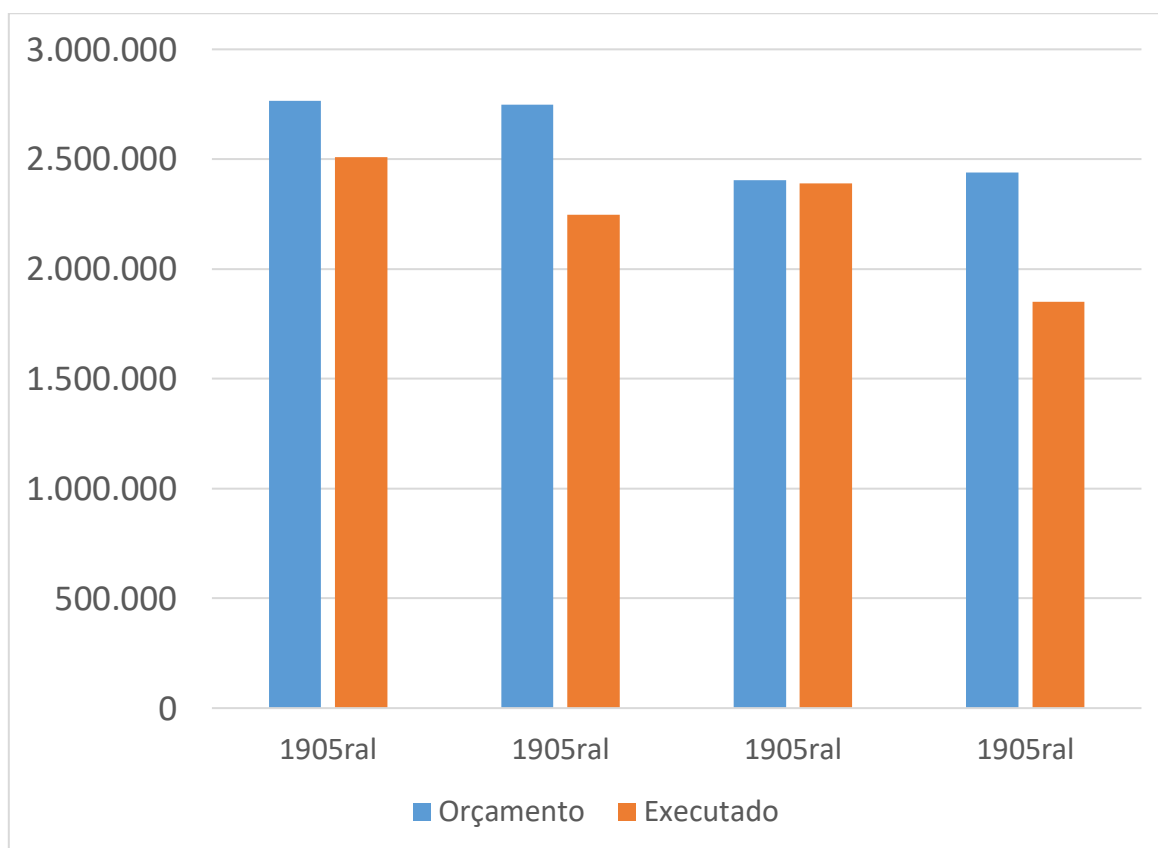
Um bom ponto de partida para se traçar uma estratégia adequada é o diagnóstico tanto do ambiente interno quanto externo (Kaplan, & Norton, 2004).

A Escola de Contas Públicas é uma unidade integrante da estrutura organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo. Após a aprovação do seu novo regimento interno por meio da Resolução TC 328/19, a Escola passou a ser constituída de 3 núcleos: o Núcleo de Gestão do Conhecimento (NGC); o Núcleo de Formação, Capacitação e Aperfeiçoamento (NFCA); e o Núcleo de Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas (NEP).

No tocante a **infraestrutura física**, atualmente a Escola ocupa espaço localizado na parte superior do auditório do Tribunal de Contas e conta com **uma única sala**

de treinamento. Esta sala de treinamento, com capacidade para até 42 pessoas, é utilizada não só para a realização de eventos presenciais mas também serve como estúdio para a gravação das vídeo aulas dos eventos a distância.

Com relação ao **orçamento disponível** para a escola, verificamos que os valores orçamentários tem sofrido muitas variações negativas nos últimos 4 exercícios, conforme detalhado no quadro a seguir.



Quadro 1 – Evolução dos valores orçamentários

2.2 Pontos da Avaliação MMD-QATC que impactam a ECP

Outra influência externa que deve ser levada em consideração na etapa do diagnóstico, é o atendimento aos pontos da avaliação do MMD-QATC que impactam de forma direta ou indireta a nossa Escola de Contas. Os itens encontram-se detalhados nas tabelas abaixo.

Tabela 1 - Itens que impactam diretamente

Item	Detalhe
7.2.1	O Tribunal: dispõe de regulamento sobre os requisitos de competência de cada cargo, em cada unidade de lotação, inclusive dos de liderança;
7.2.1	O plano de capacitação estabelece: I. o programa de capacitação; II. o público-alvo; III. o calendário de atividades; IV. as competências a serem desenvolvidas; V. o desempenho esperado pela capacitação; VI. as metodologias de ensino a serem utilizadas; VII. os indicadores a serem utilizados na avaliação da execução do plano.
7.2.2 a 7.2.5	A programação do plano de capacitação dos servidores destina-se a: suprir as lacunas de competência dos servidores; formar/desenvolver lideranças e potenciais sucessores; promover a ambientação de novos servidores; assegurar capacitação contínua em auditoria, alinhada às NBASP, e o desenvolvimento de competências especializadas, necessárias para a melhor compreensão dos objetos das ações de controle externo definidas nos planos de fiscalização.
7.2.6	A programação do plano de capacitação servidores destina-se promover o desenvolvimento profissional de conselheiros, conselheiros substitutos e procuradores de contas.
7.2.7	O Tribunal: mensura a reação, o aprendizado e o impacto das ações de capacitação e desenvolvimento;
7.2.8	O Tribunal: fomenta a formação acadêmica suplementar (especialização, mestrado e doutorado) do corpo técnico, prioritariamente, em áreas de interesse estratégico para o controle externo.

Item	Detalhe
7.3.1	A Escola de Contas dispõe de projeto pedagógico alinhado com a política de gestão de pessoas do Tribunal;
7.3.2	executa o plano de capacitação para servidores e membros;
7.3.3	executa o plano de capacitação para jurisdicionados;
7.3.4	adota metodologias ativas e inovadoras de ensino-aprendizagem; Comprovação de práticas inovadoras como EAD, transmissão ao vivo, cultura de troca de experiências entre instrutores e escolas de contas, atividades educativas que gerem interação, colaboração e criação entre instrutores e os que participam das ações, por exemplo.
7.3.5	executa o plano de capacitação para o controle social e conselhos de políticas públicas

Tabela 2 - Outros itens do MMD-QATC que impactam indiretamente a Escola de Contas

Item	Detalhe
4.2.6	O Tribunal dispõe de canais de comunicação com o seu público interno
6.3.1	O Tribunal adota políticas de acessibilidade que contemplem o atendimento do estatuto das pessoas com deficiência

2.3 Matriz SWOT (FOFA) organizada com base nas perspectivas

Para melhor compreensão do diagnóstico estratégico efetuado, utilizamos a técnica denominada matriz SWOT (FOFA) que identifica as forças e fraquezas (ambiente interno) e as oportunidades e ameaças (ambiente externo).

A matriz SWOT (FOFA) também pode ser organizada com base nas perspectivas do Balanced Scorecard (Norton, Kaplan, & Kaplan, 2009). Aliás, esta forma de apresentação permite uma visualização mais clara das questões identificadas com implicações estratégicas potenciais.

Assim, elaboramos a matriz SWOT organizada com base nas perspectivas do BSC, conforme demonstrado a seguir.

	Pontos fortes	Pontos fracos	Oportunidades	Ameaças
Resultados Institucionais	Reputação da ECP "Know how". Parcerias estratégicas. Resultados da Educação a distância.	Pouca ações de estímulo ao controle social.	Ampliação do mercado (Por exemplo: Novo projeto da Lei das Licitações estabelece como competência das Escolas de Contas treinar os agentes públicos que irão atuar nos certames). Atendimento dos itens MMD-QATC Ofertar cursos de Pós-graduação reconhecidos e de atualização para público externo.	Não atender aos anseios crescentes do mercado. Regredir os resultados da educação a distância. Mudanças rápidas de legislação podem tornar cursos a distância desatualizados rapidamente.

Processos internos	Comunicação externa adequada. Padronização da gestão pedagógica. Oferta de Educação incentivada.	Comunicação interna ineficiente. Padronização não abrange todas as ações da ECP.	Aperfeiçoar a comunicação. Aperfeiçoar a gestão pedagógica adotando a ISO10015. Atendimento dos itens MMD-QATC	Evasão nos cursos ou baixa participação.
Recursos e Infraestrutura	Qualidade técnica da equipe. Sistema do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Sistema de Treinamento (Vetor RH).	Quantidade dos integrantes da equipe. Infraestrutura inadequada. Orçamento insuficiente. Sistemas não são integrados entre si e nem com a rede do TCEES.	Desenvolvimento das competências dos colaboradores. Adequação do espaço físico e recursos tecnológicos. Melhoria dos valores orçamentários. Internalizar o sistema do AVA para integrar melhor com sistemas do TCEES. Adoção de sistemas do mercado mais modernos. Atendimento dos itens MMD-QATC	Falta de recursos face ao cenário econômico.

Após o diagnóstico, estabelecemos a visão do futuro, ou seja, a posição de excelência no futuro que desejamos alcançar. A visão estabelecida foi: *Ser referência perante as escolas de Contas na capacitação e desenvolvimento de agentes públicos.*

Para o alcance da visão do futuro, construímos os referenciais estratégicos e o mapa da estratégica destacando os objetivos estratégicos para cada perspectiva do BSC, na visão adequada para o setor público.

Ainda, para um melhor alinhamento adotamos as orientações mais adequadas para as escolas de governo, conforme recomendação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP (Zimmerman, Silva, & Uchôa, 2015).

Pretende-se com este Mapa estratégico comunicar de forma mais clara e eficiente a relação e integração dos objetivos estratégicos propostos e, dessa forma traduzir mais claramente a estratégia traçada para a Escola de Contas Públicas.

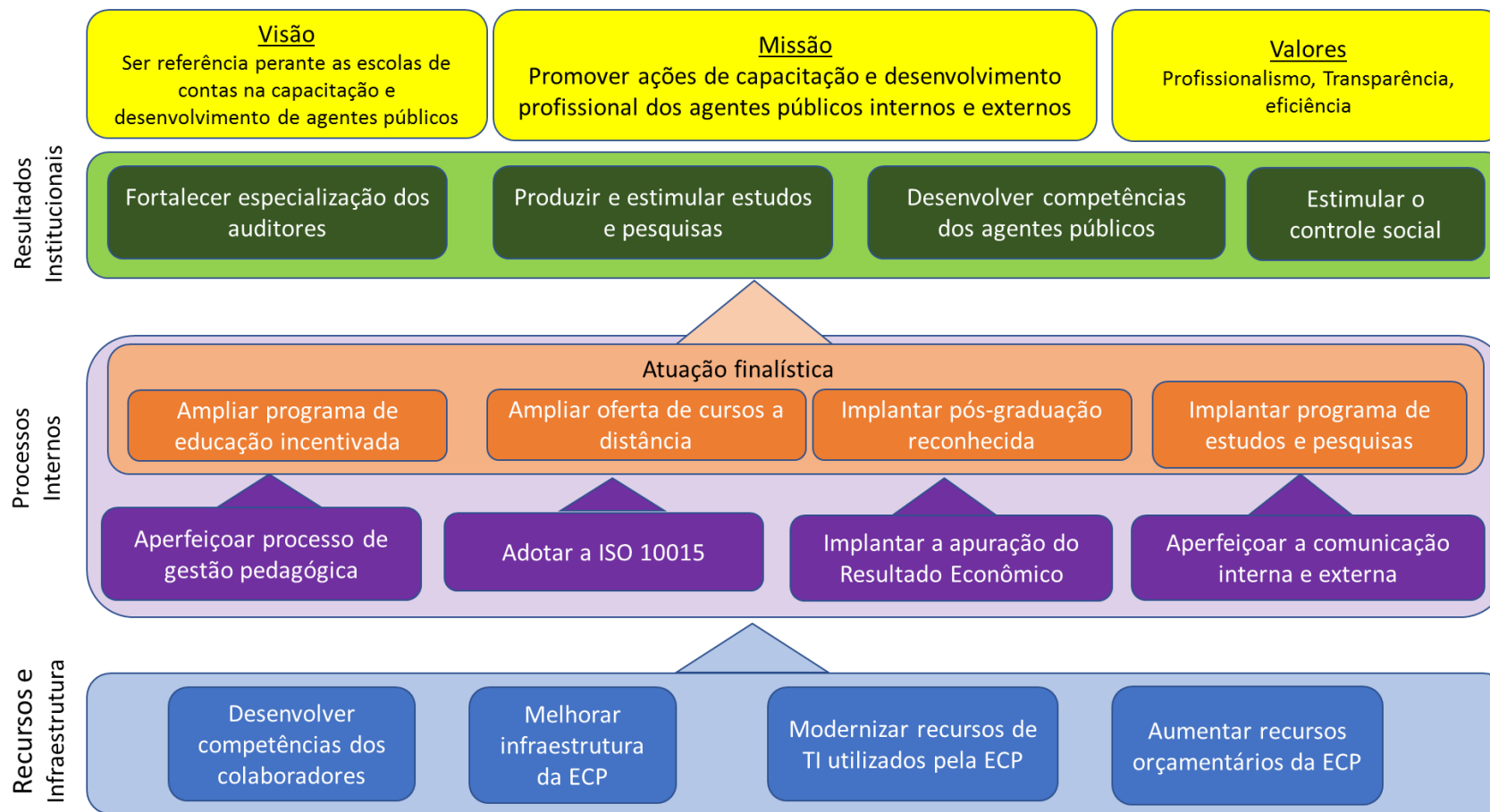
Para a mediação do alcance dos objetivos estratégicos, a literatura (Norton, Kaplan, & Kaplan, 2009) recomenda a criação de um painel de indicadores que contenha as metas, a descrição de cada indicador com a metodologia de cálculo e a classificação dos indicadores em dois tipos: indicadores de resultado e de esforço (direcionadores).

Importante mencionar que nem todo objetivo precisa de ambos os tipos de indicadores. Objetivos da perspectiva de resultados não precisam de indicadores direcionadores, apenas de resultado. Enquanto os objetivos localizados em perspectivas da parte superior do Mapa Estratégico demandam mais fortemente indicadores de resultado que os objetivos localizados na parte inferior do mapa.

Os indicadores revestem-se de importância porque é por meio deles que saberemos se estamos caminhando para o alcance de nossas metas, até porque a estratégia é um processo contínuo que precisa de indicadores efetivos (Félix, Félix, & Timóteo, 2011). Nessa linha de pensamento, construímos o painel de indicadores conforme apresentado no item 4. A seguir apresentamos o mapa estratégico (item 3) e o painel de indicadores (item 4).

3. Mapa estratégico

MAPA ESTRATÉGICO DA ECP 2020 -2024



4. Painel de Indicadores

O painel de indicadores a seguir identifica, para cada objetivo, as metas e indicadores. Importante destacar que os indicadores assinalados na cor vermelha são utilizados pela Governança para medir a “performance” da Escola de Contas Públicas e já constam do Dashboard de acompanhamento.

Perspectiva	Objetivo	Indicador/Meta de Esforço	Indicador/ Meta de Resultado
Resultados Institucionais	Fortalecer especialização dos auditores	Plano de Ações Educacionais 80 % concluído	Especialização atual/especialização desejada = 80 %
			% de cumprimento das ações estratégicas para público interno (área técnica) = 80 %
	Produzir e estimular estudos e pesquisas	Plano de Estudos e pesquisas 80 % concluído	Estudos e pesquisas aprovadas = 80 %
	Desenvolver competências dos agentes públicos	Plano de Ações Educacionais específico 80 % concluído	% de cumprimento das Ações estratégicas para público externo= 80 %
		Plano de Ação – programas a distância 90 % concluído	Índice de Cobertura de EAD no ES = 90 % dos municípios
		Plano de Ações Educacionais específico 80 % concluído	% de cumprimento de Ações estratégicas para área administrativa e outros = 80 %
		Solicitações adequadas atendidas no prazo = 100 %	% de atendimento para participação em evento externo = 100 %
	Estimular o controle social	Plano de Ações Educacionais ligadas ao controle social= 80 % concluído	Participação da sociedade nos programas de capacitação

Perspectiva	Objetivo	Indicador/Meta de Esforço	Indicador/ Meta de Resultado
Processos Internos	Ampliar programa de educação incentivada	Ampliação na oferta de vagas	Oferta de quantidade de vagas equivalente a até 5% das quantidade de ocupantes por carreira
	Ampliar oferta de cursos a distância	Plano de Ação para criação e lançamento de cursos a distância = 80 %.	Portifólio de cursos a distância ampliado para até 100 cursos e estruturado por área
	Implantar pós-graduação reconhecida	Plano de Ação para criação e implantação da Pós-graduação reconhecida = 100 %	Oferta de um programa de pós-graduação reconhecida com 30 vagas
	Implantar programa de estudos e pesquisas	Plano de ação para implantação do programa = 100 %	Plano de estudos e pesquisas executado = 80 %
	Aperfeiçoar processo de gestão pedagógica	Plano de Ação de melhoria 100 % concluído	Índice de padronização dos projetos (projetos executados conforme padrão/projetos executados) = 100 %
	Adotar a norma ISO 10015	Plano de Ação de implantação 100 % concluído	Projetos de capacitação padronizados = 100 %
	Implantar a apuração do Resultado Econômico	Padrão de coleta de dados 100 % implantado	Resultado econômico divulgado anualmente
	Aperfeiçoar a comunicação interna e externa	Plano de ação de melhoria de Comunicação 100% concluído	Índice de satisfação do usuário = 80 %

Perspectiva	Objetivo	Indicador/Meta de Esforço	Indicador/ Meta de Resultado
Recursos e Infraestrutura	Desenvolver competências dos colaboradores	Planos de capacitação específicos cumpridos em 80 %	Competências atuais/Competências necessárias = 80 %
	Melhorar infraestrutura da ECP	Plano de melhoria cumprido em no mínimo 80 %	Usuários satisfeitos em 90 %
	Modernizar recursos de TI utilizados pela ECP	AVA atualizado conforme especificação	Usuários satisfeitos em 90 %
	Aumentar recursos orçamentários	Proposta orçamentária encaminhada e aprovada	Orçamento da ECP no valor proporcional de até 3 % do Orçamento do TCEES

5. Iniciativas Estratégicas

As iniciativas estratégicas, apresentadas a seguir, foram estabelecidas com foco nos objetivos estratégicos e nos indicadores.

Objetivo	Indicador	Metas						Iniciativa
		Final	2020	2021	2022	2023	2024	
Fortalecer especialização dos auditores	Especialização atual/especialização desejada	80 %	70%	75%	75%	75%	80%	Projeto Gestão por Competências.
	% de cumprimento das ações estratégicas para público interno (área técnica)	80 %	70%	75%	75%	75%	80%	Execução do PAAE; Projeto Gestão por Competências.
Produzir e estimular estudos e pesquisas	Estudos e pesquisas aprovadas	80 %	60%	65%	70%	75%	80%	Programa anual de Estudos e Pesquisas.
Desenvolver competências dos agentes públicos	% de cumprimento das Ações estratégicas para público externo= 80 %	80 %	70%	75%	75%	75%	80%	Execução do PAAE; Projeto Gestão por Competências; Projeto Plano de Governo; Implementação de parceria com os municípios para indicação representantes municipais.
	Índice de Cobertura de EAD no ES = 90 % dos municípios	90 %	90 %	90 %	90 %	90 %	90 %	Implementar relatório relacionando aprovados nos cursos por município; Plano de Comunicação.
	% de cumprimento de Ações estratégicas para área administrativa e outros	80 %	70%	75%	75%	75%	80%	Execução do PAAE; Projeto Gestão por Competências.
	% de atendimento para participação em evento externo = 100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	100 %	Revisão de Norma Interna; Melhoria do sistema de solicitação no e-tcees.
Estimular o controle social	Plano de Ações Educacionais ligadas ao controle social	80 %	60%	70%	75%	80%	80%	Projeto Controle Social; Projeto Plano de Governo.
Ampliar programas de educação incentivada	Oferta de vagas equivalente a até 5% das quantidade de ocupantes por carreira	5%	2%	2%	5%	5%	5%	Parcerias com Programas de Pós-Graduação; Edital seleção anual bolsas abertas; Programas de turmas fechadas.

Ampliar oferta de cursos a distância	Portifólio de cursos a distância ampliado e estruturado por área	100 cursos	60	60	70	80	100	Definição de áreas temáticas; Reorganização do conteúdo por Framework; Adoção de novas ferramentas para criação de cursos.
Implantar pós-graduação reconhecida	1 curso de pós-graduação reconhecido com 30 vagas	1 curso			1	1	1	Projeto Pós-Graduação implementado até 2022.
Implantar programa de estudos e pesquisas	Plano de estudos e pesquisas executado	80 %	60%	70%	75%	80%	80%	Projeto estabelecendo metodologia para criar “Programa de Estudos e Pesquisas”.
Aperfeiçoar processo de gestão pedagógica	Índice de padronização dos projetos (projetos executados conforme padrão/projetos executados)	100 %	70%	80%	90%	100%	100%	Projeto Padronização iniciando em 2020.
Adotar a norma ISO 10015	Projetos de capacitação padronizados	100 %	70%	80 %	90 %	100 %	100%	Projeto Padronização iniciando em 2020.
Implantar a apuração do Resultado Econômico	Resultado econômico divulgado anualmente	X	X	X	X	X	X	Implementar metodologia de custos e Resultado Econômico em 2020.
Aperfeiçoar a comunicação interna e externa	Índice de satisfação do usuário	80 %	70%	75%	75%	75%	80%	Desenvolver e implementar Plano de Comunicação a partir de 2020
Desenvolver competências dos colaboradores	Competências atuais/Competências necessárias	80 %	70%	75%	75%	75%	80%	Projeto Gestão por competências ECP.
Melhorar infraestrutura da ECP	Usuários satisfeitos	90 %	60%	70%	75%	80%	90%	Projeto Estúdio EAD; Projeto Infraestrutura.
Modernizar recursos de TI utilizados pela ECP	Usuários satisfeitos	90 %	70%	80 %	90 %	90 %	90 %	Plano definindo novos sistemas e opções para sua implantação.
Aumentar recursos orçamentários	Orçamento da ECP proporcional ao do TCEES	3%	2%	2%	3%	3%	3%	Proposta orçamentária com justificativa fundamentada; Metodologia de Custos em 2020.

7. Alinhamento dos objetivos estratégicos com o MMD-QATC

A avaliação do MMD-QATC representa uma oportunidade para a melhoria das ações da Escola. Por isso, elaboramos o quadro abaixo para evidenciar a relação do mapa estratégico com os itens do MMD-QATC, identificando qual item do MMD-QATC que é impacto por determinado objetivo estratégico.

[illegible]

8. Detalhamento das principais iniciativas estratégicas

As iniciativas estratégicas consistem em ações, planos e projetos identificados como necessários para “movimentar” a estratégia na direção dos objetivos estratégicos estabelecidos permitindo o seu alcance (Norton, Kaplan, & Kaplan, 2009). A seguir, detalhamos de forma sucinta o objeto que envolve cada iniciativa.

8.1 Projeto Gestão por Competências

Nos dias atuais, o tema competência tem sido bastante explorado, principalmente na vida das organizações. Parece que hoje, mais do que nunca, as entidades têm buscado serem competentes e vender a “imagem” de competentes dentro dos seus ramos de atuação.

As entidades são formadas de ativos sendo que, dentre seus ativos, sem dúvida nenhuma, o maior deles em termos qualitativos é o seu ativo intelectual (Amaral, 2006).

Diversas instituições públicas já adotaram a gestão por competências, inclusive algumas cortes de Contas. A competência era então definida como a combinação dos conhecimentos, habilidades e atitudes que determinada pessoa deveria possuir. Assim, o termo competência tem sido definido objetivamente pelo acrônimo CHA, que expressa que a competência é o conjunto de **C**onhecimentos, **H**abilidades e **A**titudes que alguns indivíduos dominam melhor do que outros em determinadas situações.

Entretanto, a competência manifesta-se pelos resultados, ou entregas, que o indivíduo apresenta, o que implicou na atualização mais recente do acrônimo CHA para CHAR.

Atualmente, as instituições voltadas para resultados buscam nortear sua gestão tendo por base as competências necessárias ao efetivo atingimento de seus objetivos estratégicos (Leme, 2015), preparando e motivando seus colaboradores para o alcance não apenas de competências individuais mas, sobretudo, de competências comuns e pertinentes a todos os que atuam na própria instituição.

Baseado nas mais recentes pesquisas aplicadas junto à área pública (Leme, 2015), acreditamos que os competências mínimas que se deveriam ser desenvolvidas envolvem: a Visão Sistêmica, percebendo a integração e a interdependência das diversas partes que compõem a Instituição; a Postura orientada para Resultados e; a Capacidade de planejar o próprio trabalho, atingindo os resultados a partir do estabelecimento de prioridades e metas.

Vale destacar que dois fatos externos estão influenciando a adoção da gestão por competência pelos Tribunais de Contas. A própria orientação da Atricon na nova avaliação dos Tribunais por meio do MMD-QATC já incluiu a mensuração se a Corte de Contas que está sendo avaliada adotou ou não a gestão por competência, inclusive na construção dos seus planos de capacitação. O segundo fato é que o Instituto Rui Barbosa – IRB, por meio de seus grupos de estudo (área da capacitação e na área de auditoria), propôs um programa de formação mínimo para auditores focado nas competências que devem ser desenvolvidas. O objetivo é estimular que todos os Tribunais de Contas adotem esse programa de formação mínimo.

No ano de 2015, foi executado no TCEES um projeto estratégico que mapeou 30 % das atividades e competências dos colaboradores na área técnica. Mas após essa entrega, não houve evolução e nem ampliação do mapeamento para o restante do Tribunal.

Assim, este projeto objetiva estabelecer uma metodologia para o mapeamento das competências, estabelecendo o nível desejado para cada papel e a avaliação de possíveis lacunas de competência que tem relação com o desempenho do servidor.

A implantação da gestão por competências no âmbito de todo o TCEES permitirá estabelecer instrumentos para

- o desenvolvimento dos próprios integrantes da Escola de Contas;
 - a capacitação e aperfeiçoamento de todos os demais servidores do TCEES, inclusive auditores;
 - construir um portfólio de produtos mais adequados para atender aos servidores jurisdicionados e todo o público externo na medida que os programas de
-

capacitação para este público sejam construídos no foco em competências que pretendemos desenvolver.

- alinhar melhor os programas de desenvolvimento de lideranças

Entende-se que este projeto ultrapassa os limites da unidade Escola de Contas Públicas. Na verdade, é um projeto necessário para todo o nosso Tribunal de Contas pois a gestão por competência é uma parte da estratégia que visa fortalecer a nossa capacidade de prestar os serviços públicos que são esperados pela sociedade.

8.2 Projeto Estúdio EAD

A ampliação na oferta dos cursos a distância depende também da melhoria da estrutura necessária para a produção dos conteúdos. Atualmente, a Escola não possui estúdio adequado para a gravação das vídeo-aulas. Para a sua elaboração, improvisa-se a utilização de diversos outros espaços, como por exemplo, o nosso plenário. Assim, pretende-se com este projeto especificar todos os equipamentos necessários para a montagem de um estúdio fixo.

8.3 Projeto Infraestrutura

Este projeto busca a melhoria da infraestrutura da Escola, hoje deficiente. As suas fases principais envolvem: 1) Identificar espaços internos ou externos que possam permitir a ampliação da estrutura da Escola de Contas; 2) Após, planejar todas as modificações necessárias para a adequação desses espaços estabelecendo, se necessário, as aquisições e melhoria de equipamentos tais como: mobiliário e recursos de informática.

8.4 Projeto Padronização

Este projeto objetiva padronizar os principais procedimentos operacionais da Escola de Contas adotando como referência a norma Iso1015 que estabelece a gestão de qualidade para processos de treinamento. Esta norma tem como espinha dorsal a adoção da gestão por competências no planejamento das ações de capacitação, o que reforça a importância da sua adoção.

Para tanto, pretendemos primeiramente identificar os procedimentos e normas já existentes para, em seguida, revisá-los propondo a sua atualização ou até mesmo uma nova legislação.

8.5 Projeto Pós-Graduação

Pretende-se com este projeto atingir a meta de implantar um curso de pós-graduação, a ser ministrado pela própria Escola de Contas, reconhecido pelo MEC. Poucas escolas de contas atingiram este patamar. De todas as escolas de contas, somente as escolas do TCE-RJ, TCE-SP, TCM-SP, TCE-MG, TCE-PE e TCU possuem cursos de pós-graduação reconhecidos ministrados pelas próprias escolas. Assim, trata-se de uma oportunidade estratégica que irá elevar o padrão de excelência da nossa escola contribuindo para o desenvolvimento das competências do público, interno e externo, além de elevar ainda mais uma de nossas forças: a nossa reputação. Por consequência, espera-se um impacto positivo e relevante na imagem do próprio Tribunal.

8.6 Plano de Comunicação

Para aperfeiçoar a comunicação interna e externa, será estabelecido um plano de comunicação com o objetivo de permitir a melhoria tanto da comunicação interna quanto externa. O plano pretende identificar o tipo de mensagem mais adequada para cada público alvo e os canais mais eficientes que podem ser utilizados. Pretende-se envolver

outros setores na construção deste plano em especial a Assessoria de Comunicação desta Corte de Contas (ASCOM).

8.7 Plano definindo novos sistemas e opções para sua implantação

O ambiente virtual de aprendizagem (AVA) utilizado pela escola de Contas é baseado no moodle. É customizado e mantido por meio de um fornecedor externo, cujo contrato expirará no mês de outubro de 2019 sem possibilidade de renovação. Aliado a isso, deseja-se uma maior integração desse ambiente com a rede mantida pela STI.

Considerando que, como diretriz de segurança, a STI já mantém uma cópia de segurança do sistema, pode ser uma opção a “internalização” futura do sistema, passando este a ser administrado e aperfeiçoado pela própria STI. Assim, este plano envolve a realização das seguintes fases macro: diagnóstico da situação, identificação de sistemas necessários, opções para o seu atendimento (contratar ou não no mercado?).

8.8 Plano implementando a metodologia de custos e do Resultado Econômico

A metodologia para apuração do Resultado Econômico foi criada pelos pesquisadores da USP e tem sido adotada pelas entidades que não auferem receita como as entidades sem fins lucrativos e determinados entes públicos.

O objetivo é mensurar se uma determinada entidade pública está gerando resultados realmente relevantes e se, economicamente, tem sido agregado algum valor à sociedade.

A Resolução CFC nº 1.366/11, que aprovou a NBCT 16.11 – Sistema de Informações de Custos do Setor Público, destaca que Receita econômica é o valor apurado a partir de benefícios gerados à sociedade pela ação pública, obtido por meio da multiplicação da quantidade de serviços prestados, bens ou produtos fornecidos, pelo custo de oportunidade, custo estimado, custo padrão, etc.

Já o resultado econômico, conforme a mesma Resolução, é encontrado por meio do confronto das receitas econômicas com os custos e despesas necessários para a execução daquele determinado serviço.

Em pesquisa recente (Souza, 2018), construímos um modelo que é adequado para apurar o resultado econômico gerado pela Escola de Contas Públicas. A meta deste Plano é implementar definitivamente a rotina de apuração, acompanhamento e geração do demonstrativo anual do resultado econômico das atividades da escola.

8.9 Projeto Plano de Governo

[Projeto Suspenso pela Portaria Normativa Nº 64, de 14 de maio de 2020 - DOEL-TCEES 15.5.2020 – Edição nº 1615.](#)

Este projeto tem por meta geral elaborar uma proposta de formação para candidatos e interessados na ocupação de cargos eletivos no Poder Executivo que reforce a necessidade de uma construção de um plano de governo com qualidade e adequado para, se eleito, ser o ponto de partida para a construção dos demais instrumentos de planejamento de suas ações.

Com objetivos específicos, o projeto pretende:

- Permitir um nivelamento/uniformização de entendimentos sobre o que deve conter um bom plano de governo;
 - Capacitar os magistrados e promotores eleitorais para entendimento da importância dos instrumentos de planejamento e do plano de governo proposto pelos candidatos;
 - Capacitar os candidatos e partidos políticos, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Espírito Santo para que estes possam entender a importância do instrumento (Plano de Governo) e o seu uso como referência para a construção das demais peças de planejamento governamental;
 - Fomentar o controle social da gestão pública por parte da sociedade;
-

9. Priorização de novas iniciativas estratégicas

Para a priorização de novas propostas de iniciativas estratégicas que porventura surgirem adotaremos outra técnica proposta pela literatura ((Norton, Kaplan, & Kaplan, 2009) denominada BERR. Esta técnica visa mensurar, para cada iniciativa, o Benefício Estratégico, os Recursos necessários e os Riscos envolvidos.

Cada iniciativa é pontuada observando-se os 3 critérios simultaneamente, sendo que cada critério é pontuado numa escala de 1 a 3. Além disso, cada critério tem peso ponderado distribuído da seguinte forma: 50 % para o critério Benefício Estratégico, 30 % para o critério Recursos e peso de 20 % para o critério Riscos envolvidos.

Benefício Estratégico Peso ponderado (50 %)	Recursos necessários Peso ponderado (30 %)	Riscos envolvidos Peso ponderado (20%)
3 – Benefício estratégico alto	3 – Poucos recursos são necessários para sua implementação	3 – Risco baixo
2 – Benefício estratégico médio	2 – Alguns recursos são necessários para sua implementação	2 – Risco médio
1 - Benefício estratégico baixo	1 – Muitos recursos são necessários	1 – Risco Alto

Fonte: Adaptada pelo autor dos estudos de Norton, Kaplan, & Kaplan (2009).

O cálculo é efetuado da seguinte maneira. A pontuação de cada critério é multiplicada pelo peso do critério. Após, somam-se as pontuações ponderadas de cada critério para se obter a pontuação final da iniciativa. Quanto mais alta a pontuação final, mais prioritária deve ser a adoção daquela iniciativa.

Referências

Amaral, H.K.D.(2006) *Desenvolvimento de competências de servidores na administração pública brasileira*. Brasília: Revista do Serviço Público.

Félix, R., Félix, P.D.P., Timóteo, R. (2011). *Balanced Scorecard: adequação para a gestão estratégica nas organizações públicas*. Brasília: Revista do Serviço Público.

Kaplan, R. S., & Norton, D. P. (2004). *Mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis*. Brasil: Gulf Professional Publishing.

Leme, Rogério. *Gestão por Competências no Setor Público* (2015). São Paulo: Qualitymark Editora.

Norton, D., Kaplan, R., & Kaplan, R. S. (2009). *Execução Premium*. Brasil: Elsevier Brasil.

Souza, F.V (2018). *Custos e o resultado econômico: aplicação na Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas do Espírito Santo*. Curitiba: Enanpad 2018.

Zimmerman, F., Silva, A.L., & Uchôa, C.E.P.D (2015). *Gestão da Estratégia com o uso do BSC*. Brasília: ENAP.
